INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CAMPUS SÃO JOSÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

JOVANIA MARIA MÜLLER

O "SER E O NÃO SER" DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA NO MERCADO DOS ORGÂNICOS:
tendências e desafios

SÃO JOSÉ, 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CAMPUS DE SÃO JOSÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

JOVANIA MARIA MÜLLER

O "SER E O NÃO SER" DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA NO MERCADO DOS ORGÂNICOS: tendências e desafios

Monografia submetida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista em educação ambiental

Orientadora: Profa. Ma. Ana Paula Pruner de Siqueira
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Porto de Amorim

SÃO JOSÉ, 2021

Ficha de Identificação da obra

Müller, Jovania Maria
O "ser e o não ser" da agricultura familiar de base agroecológica no mercado dos orgânicos: tendências e desafios. Orientadora, Ana Paula Pruner da Silveira – São José, SC, 2021.
54 p.

Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de professores – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
Inclui referências.

1. Agricultura Familiar. 2. Agroecologia. 3. Mercado dos Orgânicos. 4. Circuitos Curtos de Comercialização. 5. Consumo Consciente. I. Silveira, Ana Paula Pruner da. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. O "ser e o não ser" da agricultura familiar de base agroecológica no mercado dos orgânicos: tendências e desafios.

O "SER E O NÃO SER" DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA NO MERCADO DOS ORGÂNICOS: tendências e desafios

JOVANIA MARIA MÜLLER

Este trabalho foi julgado adequado para a obtenção do Título de Especialista em Educação Ambiental e aprovado em sua forma final pela banca examinadora do Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

São José, 28 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Msc. Ana Paula Pruner da Silveira (Orientadora)
IFSC – Campus São José

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Porto de Amorim (Coorientador)
IFSC – Campus São José

Profa. Dra. Luciana Gelsleuchter Lohn
IFSC - Campus São José

Prof. Dr. Felipe Silveira de Souza
IFSC - Campus São José

Aos agricultores familiares Irma e João, meus pais: pelo exemplo de vida e pela herança do amor à terra.

Ao meu companheiro Márcio e ao meu filho André: pelo amor, paciência e compreensão e por me tornar uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Como já bem dizia Guimarães Rosa: “O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...”.

A travessia foi mais longa e tortuosa do que o esperado, mas o real se fez concreto e possível e por isso tenho muito a agradecer...

Ao INCRA, órgão ao qual sou vinculada desde o ano de 2004 e ao IFSC, pela oportunidade de voltar à academia e poder me enveredar pelos caminhos da educação, instrumento imprescindível para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social. Hoje, mais do que nunca...

Aos meus orientadores Ana Paula e Paulo Henrique pela parceria, generosidade e confiança. Estendo meu agradecimento aos membros da Banca de Defesa e aos demais professores do Curso, pelas contribuições, dedicação e aprendizado.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio fraterno, embora curto, mas intenso. As amizades construídas e as trocas de conhecimentos e experiências permanecerão em minha lembrança como preciosas dádivas que recebi no decorrer desta travessia...

"É hora de um 'novo humanismo': ele vem da comida, de tudo o que gira em torno dela, com as pessoas e a natureza em primeiro lugar, para recuperar algo que tem valor e não apenas preço, algo que enriquece nossas vidas, nossos relacionamentos, nossa relação com a Terra. Queremos que o belo e o bom estejam disponíveis para todos e acreditamos que essa é uma conquista possível para a civilização, que tem a ver com justiça e sustentabilidade, com o prazer de viver. Não precisamos ser ricos nem pobres para nos dedicar a essa renovação e não depende de onde viemos e onde vivemos. É fácil, basta sentir a nossa relação pessoal com os alimentos. Precisamos educar para que se conheçam os alimentos e as pessoas que os cultivam e os transformam. É preciso saber escolher e cultivar a diversidade, biológica e humana, para que possa retornar a imensa força criativa que sempre esteve na história humana" (Carlo Petrini).

RESUMO

Nos últimos anos, o questionamento mundial em torno do modelo hegemônico de desenvolvimento e de agricultura e a consequente busca por sistemas alimentares menos impactantes, tem levado a um rápido crescimento na demanda por alimentos de qualidade diferenciada, como é o caso dos produtos orgânicos. No Brasil, o crescimento da demanda e dos preços destes produtos, por um lado, e a regulamentação do setor pelo Estado, adotando uma concepção restritiva e normativa de agricultura orgânica, de outro, permitiu a entrada do grande varejo e de segmentos ligados ao agronegócio por uma atividade, até então, considerada "marginal" e com forte presença de agricultores familiares de base agroecológica, corroborando para uma trajetória crescente de mercantilização e "convencionalização" do mercado dos orgânicos. Desta forma, o objetivo central deste trabalho de pesquisa foi o de discutir o espaço e o papel desta agricultura familiar frente a este contexto. A realização deste estudo apoiou-se na abordagem qualitativa e no uso da pesquisa bibliográfica e documental como método privilegiado de coleta dos dados, caracterizando-se, portanto, como um ensaio teórico aplicado. A análise dos dados demonstrou que a produção oriunda da agricultura familiar de base agroecológica está integrada a identidades e dinâmicas de pertencimento a determinado território. Esta articulação, ao colocar em evidência seu caráter multifuncional, gera especificidades ecológicas, culturais e sociais, as quais cumprem com outras funções de interesse coletivo, que vão para além de relações econômicas e mercantis e da obtenção de um alimento limpo e saudável, tornando essa produção algo singular. Este tipo de agricultura, ao estar inserida em circuitos curtos de comercialização, com destaque para aqueles ancorados em redes de cooperação entre agricultores e consumidores, como é o caso da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia e das Células de Consumidores Responsáveis, cria, de certa forma, "mercados protegidos", apresentando um grau ainda maior de singularização e, desta forma, com menor possibilidade de ser apropriada pelos processos de mercantilização e convencionalização do setor dos orgânicos. Por fim, a pesquisa evidenciou a importância do papel das escolhas do consumidor consciente no direcionamento das políticas públicas e na construção de modelos mais sustentáveis de produção e consumo.

Palavras-chave: 1. Agricultura Familiar. 2. Agroecologia. 3. Mercado dos Orgânicos. 4. Circuitos Curtos de Comercialização. 5. Consumo Consciente.

ABSTRACT

In recent years, the worldwide questioning around the hegemonic model of development and agriculture and the search for less impactful food systems have led to a rapid growth in the demand for food of differentiated quality, such as organic products. In Brazil, the growth in demand and prices for these products, on the one hand, and the regulation of the sector by the State, adopting a restrictive and normative concept of organic agriculture, on the other, allowed the entry of large retailers and segments related to agribusiness for an activity until then considered "marginal" and with a strong presence of family farmers with an agroecological base, corroborating a growing trajectory of mercantilization and "conventionalization" of the organic market. Thus, the main objective of this research work was to discuss the space and role of family farming in this context. This study was based on a qualitative approach and on the use of bibliographical and documentary research as a privileged method of data collection, thus characterizing itself as an applied theoretical essay. Data analysis showed that production from agroecologically based family farming isintegrated with identities and dynamics of belonging to a given territory. This articulation, by highlighting its multifunctional character, generates ecological, cultural and social specificities, which fulfill other functions of collective interest, which go beyond economic and commercial relations and obtaining clean and healthy food, making this production something unique. This type of agriculture, by being inserted in short commercialization circuits, especially those anchored in cooperation networks between farmers and consumers, as is the case of the experience of the Rede Ecovida de Agroecologia and the Células de Consumidores Responsáveis, certainly creates form, "protected markets", presenting an even greater degree of singularization and, therefore, less likely to be appropriated by the processes of mercantilization and conventionalization of the organic sector, in addition to promoting greater benefits for society as a whole. Finally, the research demonstrated the importance of the role of conscious consumer choices in directing public policies and in building more sustainable models of production and consumption.

Keywords: 1. Family Farming. 2. Agroecology. 3. Organic Market. 4. Short Commercialization Circuits. 5. Conscious Consumption

LISTA DE ABREVIATURAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CCC – Circuito Curto de Comercialização

CCR – Célula de Consumidor Responsável

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LACAF – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OCS – Organismo de Controle Social

ONG – Organização Não Governamental

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RCA – Rede de Cidadania Agroalimentar

SPG – Sistema Participativo de Garantia

SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

1.1 Justificativa e procedimentos metodológicos..... 15

2 A AGROECOLOGIA E A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO DEBATE DA CONVENCIONALIZAÇÃO DO MERCADO..... 19

2.1 A regulamentação dos orgânicos e o caminho da convencionalização..... 22

3 O ENFOQUE DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA COMO PROCESSO DE SINGULARIZAÇÃO..... 30

4 OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS ALTERNATIVOS..... 33

4.1 A Rede Ecovida de Agroecologia..... 37

4.2 As Células de Consumidores Responsáveis..... 40

5 DA PRODUÇÃO AO CONSUMO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS..... 43

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 48

REFERÊNCIAS..... 51

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de liberalização dos mercados e da expansão do domínio do capital financeiro tem engendrado profundas mudanças nos vários setores e instâncias das sociedades modernas, seja dos países de capitalismo avançado como também daqueles em desenvolvimento.

O sistema agroalimentar foi um dos setores onde mais se evidenciou estas mudanças, onde a lógica e racionalidade do capital, tem imposto transformações intensivas em toda a cadeia produtiva, abrangendo desde o setor da produção até o consumo, num processo crescente de homogeneização nas formas e padrões de produzir e consumir (WILKINSON, 2008).

Este sistema, de acordo com Stédile (2013, p.1), tem imposto à humanidade um processo crescente e acelerado de padronização dos alimentos:

> (…) há quatrocentos anos, antes do advento do capitalismo, os humanos se alimentavam com mais de 500 espécies diferentes de vegetais. Há cem anos, com a hegemonia da revolução industrial, reduziu-se para 100 espécies diferentes de alimentos, que depois da lavoura passavam por processos industriais. E há trinta anos, depois da hegemonia do capitalismo financeiro em todo o mundo, hoje, a base de toda a alimentação da humanidade está representada em 80% na soja, milho, arroz, feijão, cevada e mandioca.

A tendência dessa perda irreversível da biodiversidade em escala global, devido à ação humana e seus impactos ambientais, é corroborada pelo primeiro relatório mundial sobre o estado da biodiversidade que sustenta nossos sistemas alimentares, lançado pela FAO, em 2019. Segundo a entidade, a interligação de um conjunto de fatores, tais como as mudanças climáticas, o uso e manejo inadequados da terra e da água, o crescimento populacional e a urbanização, a concentração da produção em poucas espécies e a ação dos mercados, estão pondo em risco a própria segurança alimentar do planeta.

Ainda de acordo com Stédile, a padronização dos alimentos e dos seus sistemas de produção estão diretamente relacionados à concentração e ao domínio da cadeia produtiva por um grupo empresarial cada vez mais reduzido. Estima-se que ao redor de cerca de 100 empresas agroalimentares transnacionais detenham o controle da maior parte da produção mundial de insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, agrotóxicos, produtos veterinários, entre outros.), além das agroindústrias de processamento e do mercado de vendas desses produtos configurando, segundo, Van der Ploeg (2009), a consolidação de verdadeiros "impérios alimentares"[1].

1. De acordo com este autor, o mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes. Sendo assim, avalia que a atual crise agrária emerge da interação entre "(1) a parcial, ainda que progressiva, industrialização da agricultura, (2) a introdução do mercado global como princípio ordenador da

A globalização do sistema agroalimentar também tem gerado uma interferência direta nos processos de organização dos mercados alimentícios, ocorrendo um domínio crescente da grande distribuição, sob a hegemonia das redes de super e hipermercados nesta área, com destaque para as cadeias longas de comercialização. Ao se considerar a distância percorrida para transportar os alimentos do local onde são produzidos até o destino final, conclui-se que estas cadeias são responsáveis pela geração de importantes impactos ambientais, seja em função dos custos energéticos elevados, das emissões de gás carbônico, como também devido à poluição sonora e do ar (WILKINSON, 2008; LIMA et al., 2020).

Paralelo a esta reconfiguração do sistema agroalimentar, assiste-se a uma crítica crescente ao modelo de agricultura hegemônico. Este modelo, intensivo em capital e também dependente de fontes de energia fóssil, tem comprovado sua insustentabilidade, já que é depredador dos recursos naturais por ser baseado no uso de agrotóxicos, adubos de síntese química, mecanização intensiva, sementes e produtos modificados geneticamente, tudo isso aplicado à produção de monoculturas e à sistemas de criação animal cada vez mais "artificializados".

Além disso, muitos destes alimentos passam por intensas modificações em sua forma e composição pelas indústrias, com o acréscimo de ingredientes e aditivos de síntese química, gerando os chamados ultraprocessados. Este procedimento contribui para baratear os produtos e torná-los mais duráveis, já que o maior tempo de conservação e seu acondicionamento em embalagens, possibilita seu transporte por longas distâncias até os mercados consumidores, além de garantir um maior tempo de permanência nas prateleiras dos supermercados (LIEBERMAN, 2015).

Neste sentido, é cada vez mais crescente a preocupação mundial com os impactos ambientais deste modelo produtivista e com seus efeitos sobre a saúde humana. A presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e os casos cada vez mais frequentes de alergias alimentares, atrelados ao processamento industrial, tem feito com que uma parcela significativa de consumidores passasse a exigir novos padrões de qualidade e segurança, com destaque para os alimentos "naturais", sem aditivos químicos e artesanais e também para aqueles produzidos

produção e comercialização agrícola e (3) a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados em *impérios alimentares* que exercem um poder monopólico crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos, criando um novo e global regime alimentar, está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição". (VAN DER PLOEG, 2009, p.23).

em sistemas orgânicos e agroecológicos de produção[2] (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

No período de 2000 a 2017, o crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11%. Embora no Brasil não se tenham dados precisos sobre o mercado varejista sabe-se, pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que no período de 2010 a 2018, a área ocupada com a produção orgânica cresceu em média 2% ao ano, situação essa que colocou o Brasil em 12º lugar entre os 20 países com as maiores áreas destinadas para o cultivo destes produtos. Estes números demonstram a tendência de crescimento da produção no país, estimulada, em grande medida, pela demanda externa, como também em função da ampliação, embora menor, do mercado doméstico de consumo (LIMA et al., 2020).

No Brasil, assim como também em outros países, essas tendências gerais provocadas pela lógica da globalização dos sistemas alimentares e sua extensão ao setor dos mercados de qualidade diferenciada, como é o caso dos orgânicos, têm desencadeado profundas reflexões sobre as suas implicações para o contexto da agricultura familiar[3].

Este cenário positivo do mercado dos orgânicos pode se configurar enquanto possibilidade promissora para uma parcela significativa de agricultores familiares, seja em termos de renda para aqueles que já estão na atividade e também como elemento indutor de processos importantes de transição e reconversão de sistemas produtivos em bases mais sustentáveis, dos que ainda não estão inseridos nesta dinâmica.

No entanto, e na medida em que cresce a demanda por produtos orgânicos, aumentam também os desafios e pressões para se inserir e se manter nestes mercados, principalmente em se tratando do grande varejo (super e hipermercados) e aqueles voltados à exportação, os quais

2. Quando for feito menção ao produto "orgânico" ou ao mercado dos "orgânicos", trata-se de uma denominação referente ao produto que foi produzido de acordo com as normas estabelecidas pela legislação federal para ser enquadrado como tal. Já o produto agroecológico, que também obedece estas normas, "carrega" outros dimensões e princípios vinculados à proposta da agroecologia, que vão para além deste quesito legal. Essa diferenciação básica entre a produção orgânica (mais centrada no produto) e a produção agroecológica (mais processual), será melhor detalhada e discutida na sequência do trabalho.

3. Para o contexto deste trabalho, será utilizado um conceito genérico de agricultura familiar, o qual se refere a unidades de produção em que a terra, o trabalho e a gestão estão intimamente ligados à família e são concebidos de forma interdependente e nunca isolada. Esses elementos interligados dão origem a categorias nucleantes de valores e representações, que organizam um modo próprio de produzir, de viver e de se relacionar, conformando a sua campesinidade, qualidade presente, em maior ou menor grau no contexto da agricultura familiar, em diferentes lugares e tempos (WOORTMANN, 1990). Neste sentido, o termo "agricultura familiar" é utilizado para representar diferentes grupos sociais, tais como: os pequenos produtores rurais, os assentados da reforma agrária, os ribeirinhos, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas e os pescadores, dentre outros.

registram o maior crescimento e presença no setor. Ao estarem localizados em canais mais longos de comercialização[4], afastando produtores dos consumidores, estes mercados tornam-se cada vez mais restritivos em função das exigências em termos de escala, eficiência e regularidade na oferta, padronizações de certificação e de normas e procedimentos de produção. (WILKINSON, 2008; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; LIMA et al., 2020).

Além disso e seguindo uma tendência mundial, o próprio setor varejista tem feito investimentos em marcas próprias de produtos orgânicos e criado seções especiais em seus estabelecimentos para a venda, como é o caso dos Grupos Pão de Açúcar e Carrefour, os maiores varejistas no Brasil. Ao mesmo tempo, com a maior estabilidade e normatização deste mercado, setores produtivos do agronegócio e grandes empresas também começam a investir na produção de alimentos orgânicos no país, como é o caso da multinacional Nestlé e da Unilever, que no ano de 2017 adquiriu a brasileira Mãe Terra (LIMA et al., 2020).

Neste sentido, ao analisar estes cenários recentes de transformação, vários autores têm se referido a uma trajetória de "convencionalização" do mercado dos orgânicos, representada, em grande medida, pela "apropriação" dos valores e práticas agroecológicas que passam a ser reduzidas a procedimentos e técnicas produtivas para obtenção de um "produto limpo", quer seja, livre de agrotóxicos e de substâncias de síntese química solúveis, em atendimento às normativas vigentes, com vistas à sua colocação neste mercado (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; BRANDENBURG et al., 2013; WILKINSON, 2008).

Um aspecto central que fica evidente no contexto deste debate é a necessidade de se discutir sobre o espaço e o papel da agricultura familiar frente a estes processos de convencionalização do mercado dos produtos orgânicos, sendo esta questão, portanto, a problemática central em torno da qual esta pesquisa está ancorada e procura responder.

1.1. Justificativa e procedimentos metodológicos

Schmitt e Guimarães (2008, p.8), argumentam que - grosso modo - existe um debate polarizado acerca do processo da convencionalização no Brasil e seus reflexos para a agricultura familiar. De um lado estão posicionados aqueles que acreditam que a dominação do

4 Dentre outras características, a distinção básica entre circuitos longos e curtos de comercialização, está no fato de que o primeiro envolve vários ou pelo menos mais de um intermediário e os produtos comercializados geralmente percorrem grandes distâncias entre o local de produção e o de venda. Já no segundo, a proximidade entre produtor e consumidor é pequena, geralmente um intermediário, ou mesmo nula, quando a venda é feita de forma direta, além de serem priorizados os mercados locais/regionais. Essa questão será melhor abordada na última seção do presente trabalho.

mercado dos orgânicos pelas grandes redes de distribuição e por setores do agronegócio é algo dado, que só tende a crescer e a se expandir cada vez mais. Nesta direção:

> Para os camponeses e agricultores familiares, resta como opção se ajustar às regras de um mercado cujos índices de crescimento (entre 15 e 20% ao ano) aumentam na medida e rapidez com que ocorre o enfraquecimento da capacidade de influência dos agricultores e comunidades de consumidores frente ao poder cada vez maior das grandes empresas que atuam no comércio varejista.

A partir deste entendimento, restaria aos agricultores familiares e suas organizações, a adaptação aos ditames da lógica do capital, mesmo que isso leve a um processo crescente de mercantilização dos sistemas produtivos levando, dentre outras consequências, a uma maior especialização e diminuição da biodiversidade dos agroecossistemas; maior distanciamento do consumidor, dos mercados e das relações sociais locais; diminuição da renda obtida, em função do aumento dos custos operacionais, com a oferta final de alimentos com preços mais elevados.

De outro lado, há aqueles que acreditam na possibilidade de se colocar "cunhas" neste sistema e mercado hegemônico e assim refundar, em outras bases, não somente o processo mercantil, mas também as relações e as formas de produção, consumo e distribuição.

Para os defensores desta proposta, para além da sustentabilidade econômica e ecológica, outras dimensões e valores também deveriam estar agregados a esta proposta. Neste sentido, princípios de uma economia solidária, como os preços justos; o respeito à cultura; a promoção da segurança e da soberania alimentar; a autonomia e a solidariedade; a relação de confiança e reciprocidade entre produtores e consumidores, ancorados e vinculados a uma base territorial local, seriam os princípios-chaves para a construção de mercados e de sistemas alimentares mais diversos e sustentáveis, no tempo e espaço (GLIESMANN, 2000; SCHMIDT; GUIMARÃES, 2008; WILKINSON, 2008; SABOURIN, 2011).

No centro desta tese está a defesa de que somente o modelo de agricultura familiar de base agroecológica teria os atributos necessários para atender às premissas desta proposta, tendo em vista o seu caráter multifuncional e as singularidades daí decorrentes.

O conceito de multifuncionalidade da agricultura, aplicada à elaboração de políticas públicas, procura dar centralidade às novas "funções" que o meio rural e a agricultura, em especial a familiar, podem desempenhar para o conjunto da sociedade, para além da questão econômica e produtiva, como a produção de alimentos saudáveis. O foco desta abordagem é o de tornar "visível" o trabalho "gratuito" oferecido pelos agricultores familiares, em maior ou menor grau, como a manutenção do tecido sociocultural das comunidades e dos territórios; na proteção e preservação ambiental (solos, água, florestas); na promoção da biodiversidade (sistemas produtivos mais complexos, com resgate e conservação de sementes, plantas

medicinais e outras espécies) e de conhecimentos e práticas tradicionais localizadas. Assim, a noção da multifuncionalidade, aplicada ao contexto da agricultura familiar de base agroecológica, procura evidenciar as vantagens e as singularidades deste modelo no cumprimento destas atribuições, colocando-a como elemento dinamizador de processos mais sustentáveis de desenvolvimento territorial (MALUF, 2003; BONNAL et al., 2008).

Neste sentido, ao invés de se envidar esforços para a sua colocação e adequação aos ditames do mercado convencional dos produtos orgânicos, a hipótese aqui defendida é no sentido de se apostar nos circuitos curtos de comercialização como um "caminho próprio" para esta agricultura, uma vez que nestes espaços estaria mais "protegida" e, portanto, menos sujeita à apropriação e exclusão pelo sistema hegemônico.

Desta forma, o objetivo central deste trabalho de pesquisa é o de analisar os potenciais e os desafios para a inserção e fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica em redes e circuitos curtos de comercialização como alternativa de resistência e contraposição ao processo de convencionalização do mercado dos orgânicos.

A realização deste estudo apoiou-se na abordagem qualitativa, caracterizando-se como um ensaio teórico aplicado (GIL, 2019). A partir de uma pesquisa exploratória inicial sobre as temáticas do mercado dos produtos orgânicos e da agricultura familiar de base agroecológica, foram selecionados alguns conceitos centrais que serviram de sustentação teórica e analítica na realização do trabalho. Os conceitos selecionados foram os seguintes: agroecologia; produção orgânica; convencionalização do mercado dos orgânicos; processos de singularização; multifuncionalidade agrícola da agricultura familiar; circuitos curtos de comercialização e consumidor consciente.

Feita esta seleção, partiu-se para a próxima etapa, que consistiu na coleta e posterior análise dos dados, sobre estes conceitos chaves, sendo que as técnicas escolhidas, em consonância com a finalidade e os pressupostos da pesquisa, foram a revisão bibliográfica e a documental, sendo esta última relacionada à legislação federal sobre a produção orgânica. As bibliografias consultadas tiveram por base os principais pesquisadores da área que trabalharam com os conceitos escolhidos e consistiram em livros e revistas especializadas, disponibilizados na forma impressa e virtual, além de se ter utilizado de documentos e outros conteúdos disponíveis em websites.

Em termos de organização e estrutura, a presente monografia é composta por esta parte inicial, seguida de outras quatro seções. A primeira apresenta as diferenças conceituais e empíricas que demarcam a produção orgânica da proposta da agroecologia, destacando-se também a inter-relação da última com a agricultura familiar e sua contribuição para a construção

da sustentabilidade. Na sequência se adentra no debate em torno do processo de convencionalização do mercado dos orgânicos e seus reflexos para o contexto da agricultura familiar. Na seção seguinte é apresentada a articulação conceitual da multifuncionalidade da agricultura com a temática da agricultura familiar de base agroecológica, como suporte para a construção de processos de singularização, em contraposição ao processo de convencionalização do setor dos orgânicos. Na quarta seção é apresentada uma breve caracterização e tipologia dos circuitos curtos de comercialização e demonstrado o seu potencial como alternativa de inserção econômica e social da agricultura familiar de base agroecológica, tendo por base as experiências da Rede Ecovida de Agroecologia e das Células de Consumidores Responsáveis. Na última seção é realizada uma análise e discussão em torno das perspectivas e desafios para o fortalecimento e ampliação da proposta apresentada, com destaque para o papel da cooperação e da ação coletiva entre agricultores e consumidores, da educação para o consumo consciente e do Estado neste processo. Por último, seguem as considerações finais sobre o assunto abordado.

2. A AGROECOLOGIA E A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO DEBATE DA CONVENCIONALIZAÇÃO DO MERCADO

No meio acadêmico, assim como do ponto de vista ideológico e político, existe uma controvérsia no Brasil, quanto às terminologias utilizadas para designar os produtos orgânicos e agroecológicos (ASSIS; ROMEIRO, 2002; ROVER, 2011; ANJOS; CALDAS, 2017).

Ambos os tipos ou estilos de agricultura – orgânica e agroecologia - surgiram como consequência das críticas e debates em torno dos impactos sociais e ecológicos do modelo produtivista hegemônico, iniciados ainda nos anos 1960, principalmente nos Estados Unidos.

Somado a esta crítica houve também a contribuição de diversos movimentos de contestação, que passaram a ser conhecidos como de "contracultura", devido ao seu questionamento em relação ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial no pós-guerra e aos padrões e níveis de consumo adotados por estas sociedades e que a que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920. A contracultura, neste sentido, reforçou movimentos como o *hippie,* o estudantil, o feminista, a consciência sobre a saúde, a luta contra o racismo, assim como o movimento ambientalista, tornando-se, assim, o "berço de origem" dos vários estilos que se contrapunham ao modelo agrícola produtivista, conhecidos como sendo de "agricultura alternativa", mas que reuniam várias denominações como agricultura ecológica, biodinâmica, natural, orgânica, permacultura, dentre outras (EHLERS, 1996).

Apesar da origem comum e do uso pioneiro da agricultura orgânica no Brasil, que passou a ser difundida a partir dos anos 1980, esta não deve ser utilizada como sendo sinônima da agroecologia, já que preservam importantes diferenças, relacionadas a suas concepções teórica e prática, a ponto de se poder afirmar que todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo produto orgânico é agroecológico.

De acordo com Assis e Romeiro (2002, p.73), o objetivo central da agricultura orgânica é a condução de sistemas de produção que maximizam a produtividade agrícola sem o uso de insumos químicos industriais (fertilizantes, agrotóxicos, dentre outras substâncias de alta solubilidade). Como está centrada na produção de alimentos "limpos", aliada à maior preservação ambiental, a agricultura orgânica pode ser considerada - grosso modo - como um conjunto de técnicas racionais de cultivo e de "procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor".

Desta forma e no limite, a agricultura orgânica pode ser praticada em larga escala, em sistemas monoculturais e por grandes empresas agrícolas estando sujeita, portanto, a um maior

grau de “apropriação” pelo mercado, a partir de um processo de convencionalização, conforme será visto mais adiante.

A proposta da agroecologia, por seu turno, para além dos aspectos técnico-agronômicos e ecológicos da produção, busca também abarcar as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, vinculadas aos sistemas de produção de determinado território. Seu uso corrente no Brasil, deu-se a partir da década de 1990, principalmente a partir do esforço de Organizações Não Governamentais - ONGs e movimentos sociais ligados à agricultura familiar e camponesa[5].

Do ponto de vista teórico, a agroecologia é uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, gerir e avaliar agroecossistemas, permitindo o desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados. Ao invés de se ancorar em alternativas parciais como a mera substituição de insumos químicos sintéticos e o uso de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, a agroecologia propõe o rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, sustentados pelas diferentes interações ecológicas entre as plantas, o solo e seus organismos vivos e o meio ambiente, de forma a minimizar a necessidade de insumos externos ao agroecossistema (ALTIERI; 1998; GLIESMANN, 2000).

Desta forma, a ideia central do manejo agroecológico é o uso de tecnologias adaptadas ao contexto local e que visem explorar as complementaridades e sinergias entre o solo, os diversos arranjos temporais e espaciais dos cultivos, atividades e espécies vegetais e animais. Dependendo do grau e do tipo de complexificação e do manejo realizado, a biodiversidade, neste sentido, pode desempenhar importantes funções e serviços ecológicos, tais como: o controle natural dos insetos e enfermidades, manutenção e restauração da fertilidade dos solos - através da decomposição da matéria orgânica e da reciclagem dos nutrientes - e a preservação dos recursos genéticos. Assim, ao invés de almejar a obtenção da maximização da produtividade no curto prazo de monocultivos, a agroecologia prevê a otimização do agroecossistema como um todo, visando a manutenção de níveis moderados, porém sustentáveis e diversificados da produção agrícola no longo prazo (GLIESMANN, 2000).

Outra premissa básica da estratégia agroecológica é ter em conta que as pessoas são parte dos sistemas de produção. Tendo isso em vista, não há como potencializar estilos sustentáveis de agricultura sem que se compreenda e se tenha em conta as especificidades e as interações que acontecem entre os sistemas culturais e biológicos da realidade em questão. Assim, sob a perspectiva agroecológica, em cada território existe uma trajetória de co-evolução,

5 Apesar do uso contemporâneo do termo agroecologia, é importante destacar que os seus princípios e práticas têm a idade da própria agricultura (HECHT, 1989 apud ASSIS; ROMEIRO, 2002).

onde a cultura humana molda os sistemas biológicos, assim como estes moldam a cultura, de modo que esta evolução integrada entre ambos, reflete a íntima interação entre conhecimentos, valores, organização social, tecnologia e sistemas biológicos. Como cada agroecossistema tem uma história co-evolutiva diferente, não há como desenvolver estratégias únicas e universais de manejo produtivo sob a forma de "pacotes tecnológicos". Esta situação exige, ao contrário, soluções e adaptações específicas à realidade em questão, reconhecendo e promovendo assim, a sua diversidade cultural e ecológica (GLIESMANN, 2000).

Desta forma, para a agroecologia, a agricultura tradicional, praticada por povos tradicionais, sejam eles agricultores familiares, camponeses, indígenas, ribeirinhos, dentre outros, possui muitos princípios de uma racionalidade ecológica. Muitos destes sistemas tradicionais ainda guardam uma grande riqueza em conhecimentos e informações sobre estratégias de produção eficientes e estáveis, sob condições difíceis em termos de recursos, fatores biológicos ou socioeconômicos e que historicamente garantiram a sua segurança alimentar. Assim sendo, princípios deste saber ecológico e local podem ser utilizados para guiar estratégias agrícolas mais apropriadas e mais sensíveis às complexidades de cada realidade rural (ALTIERI; 1998).

Cabe destacar, no entanto, que se estes conhecimentos são importantes e podem contribuir sobremaneira no redesenho de sistemas agrícolas alternativos e ecologicamente relevantes, não são, todavia, suficientes para tanto. Nem todas as estratégias tradicionais de manejo obtiveram sucesso na compatibilização dos objetivos sociais com os de conservação dos recursos naturais. Neste sentido e para além de uma "volta ao passado" ou a "idealização" do saber tradicional como o único válido, a agroecologia propõe a articulação de elementos deste conhecimento com o do científico moderno, gerando um conhecimento híbrido, mais refinado e robusto, todavia, adaptado ao contexto local (GLIESMANN, 2000).

A produção agrícola com base ecológica não é, porém, o único objetivo da agroecologia. Mediante a aplicação de uma visão sistêmica e holística, a agroecologia concebe as relações de produção para além dos seus aspectos ecológicos, contemplando também as dimensões socioeconômicas, culturais e políticas envolvidas no ato produtivo e sua inserção com e no território. A partir desta perspectiva, a agroecologia tem se constituído também como um novo enfoque, capaz de orientar as estratégias e propostas de desenvolvimento rural. Decorre daí a importância que assume a dimensão local para o desenvolvimento sustentável, como um espaço peculiar onde interagem o meio natural, os agricultores e suas organizações e os outros atores sociais, como é o caso dos consumidores, cujas ações também interferem na construção, gestão e consolidação de espaços locais de produção e consumo (GLIESMANN, 2000; ALTIERI,

1998).

Neste sentido e seguindo os aportes teóricos destes mesmos autores, a participação e o papel ativo das comunidades rurais e suas entidades e movimentos representativos, é outro aspecto central da abordagem agroecológica. Assim, através do uso de metodologias que promovem a capacidade de autogestão, as comunidades rurais não somente se apropriam dos instrumentos técnicos para o manejo sustentável dos recursos naturais, mas também aprendem e se legitimam a buscar o reconhecimento e o poder político necessário para apoiar e assegurar resultados duradouros de suas estratégias e propostas de desenvolvimento. Sob esta ótica, a agroecologia pode se constituir em um importante ativador social e territorial, na medida em que estimula a ação coletiva e o envolvimento autônomo das populações locais na construção de seu próprio desenvolvimento.

2.1. A regulamentação dos orgânicos e o caminho da convencionalização

Assim como a agroecologia, a agricultura orgânica no Brasil, foi inicialmente disseminada através da articulação de movimentos ambientalistas com circuitos mais localizados de pequenos agricultores e grupos de consumidores mais politizados, em contraposição ao modelo da "Revolução Verde", que passou a ganhar força a partir dos anos 1980 (EHLERS, 1996).

A análise da trajetória da agricultura orgânica demonstra, no entanto, que com o passar do tempo, os produtos orgânicos foram sendo direcionados ao atendimento classe média urbana, de maior poder aquisitivo e preocupada, em grande medida, com questões mais imediatas, como a saúde e o bem-estar, ou seja, com a aquisição de um "produto limpo". Assim, ao se dissociar de sua origem, a agricultura orgânica acabou permitindo a entrada de empresas e agricultores patronais neste setor produtivo em ascensão. Este contexto despertou também os interesses dos circuitos longos de comercialização, representado principalmente pelas grandes redes de distribuição, como os hiper e supermercados (GUIVANT, 2003; WILKINSON, 2008).

Alguns autores como Brandenburg et al. (2013) e Niederle e Almeida (2013), têm se referido, neste sentido, a um movimento em direção à "convencionalização" da produção de alimentos orgânicos no Brasil, a exemplo do que já vem sendo observado há mais tempo em vários outros países.

De acordo com Niederle e Almeida (2013, p.24-25), esta noção

> (...) busca dar conta de um processo de apropriação dos valores e práticas agroecológicos, reduzindo-os a procedimentos de manejo dos agroecossistemas que podem ser conduzidos em moldes muito similares àqueles encontrados na agricultura

> convencional (...) A rigor, a convencionalização não transcorre apenas no âmbito da produção (com a participação crescente de empresas privadas na agricultura orgânica), mas também na proliferação de organismos certificadores, no reposicionamento dos mediadores políticos (inclusive com a entrada em cena de atores que, agora adeptos da "economia verde", promovem aquilo que outrora julgavam ser mera "utopia camponesa") e, principalmente, no aumento da participação das grandes redes varejistas na distribuição desses alimentos, antes concentrados em circuitos curtos locais e regionais.

Desta forma, existem alguns fatores que podem explicar esse processo de convencionalização, alavancado pela adesão destes novos atores no mercado dos orgânicos, que era considerado "marginal" ou "alternativo", representado pelas vendas diretas e em mercados locais e que vinha sendo tradicionalmente ocupado pela agricultura familiar e camponesa de base agroecológica.

Um deles está relacionado à baixa perspectiva de retorno financeiro, vislumbrada por estes atores até então, em função deste tipo de produto ser ainda pouco demandado pelos consumidores.

No entanto e em consonância com o cenário mundial em torno da crise socioambiental, e a pressão por mudanças dos sistemas convencionais de produção, a discussão em torno dos alimentos "limpos" ganhou maior repercussão interna e foi se popularizando para além de um círculo mais restrito da população já engajado à causa. Ao lado de uma tendência de ampliação do mercado interno, foi o setor de exportação que passou a se constituir o principal demandante, resultando em uma oferta menor do que a procura por estes produtos, despertando o interesse de parte do empresariado (agronegócio e varejistas) e a pressão pela regulamentação do setor, no sentido de se adequar às normas internacionais e assim poder colocar estes produtos nestes circuitos de comercialização.

Este cenário também repercutiu junto às ONGs e movimentos sociais ligados à agricultura familiar, que já vinham historicamente lutando pela legitimação e reconhecimento da agroecologia perante o Estado e que ao perceberem seu "espaço" ser ocupado por estes setores, também passaram a reivindicar a institucionalização[6] do setor.

Após intensos debates, que contou com a participação de representantes da sociedade civil organizada, além daqueles ligados aos setores públicos e privados, foi dado início ao processo de regulamentação do setor pelo Governo Federal, através da publicação da IN - Instrução Normativa N° 07/1999 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que passou a ser o órgão responsável pelo setor.

---

6. De acordo com Brandenburg et al., (2013, p.224), "entende-se por institucionalização, o processo de submissão de relações sociais a um conjunto de normas que, nesse caso, passam a regulamentar o processo produtivo e as relações mercantis, como as políticas públicas que são formuladas conforme a lógica do sistema socioeconômico".

Além de estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, esta normativa passou a considerar como:

> (...) sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se dotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados/OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando transparência em todos os estágios da produção e da transformação (BRASIL, 1999).

Ao eleger a denominação de "orgânico", seguindo uma tendência internacional (ROVER, 2011), este sistema de produção e, em consequência, a agricultura orgânica, passou a enquadrar todos os demais estilos de agricultura, como a ecológica, a biodinâmica, a natural, a sustentável, a regenerativa, a biológica, a agroecologia e a permacultura.

A Instrução recebeu muitas críticas por parte das ONGs e movimentos sociais ligados à agricultura familiar, principalmente pelo fato do qualificativo "orgânico" não abarcar a heterogeneidade e as especificidades dos sistemas agroecológicos (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Ao adotar uma concepção restritiva e normativa de produção, se atendo ao que pode ou não ser utilizado em termos de substâncias e técnicas de cultivo, abriu-se o espaço para a adoção de sistemas produtivos "sustentáveis", mesmo que baseados em monoculturas e pela simples substituição de insumos proibidos por permitidos, pouco alterando ou se distanciando da lógica de produção da agricultura convencional, a exemplo do que já foi apontado anteriormente em relação à própria agricultura orgânica.

Outro ponto importante de contestação foi o fato da IN também pautar a exigência do selo de atesto da qualidade dos produtos por empresas certificadoras para serem comercializados como orgânicos. Esta questão também não contemplou os anseios do setor empresarial, visto que deixou lacunas do ponto de vista operacional, dificultando sobremaneira a equiparação com a legislação internacional, com vistas à exportação dos produtos.

Para os defensores da agricultura familiar de base agroecológica, este tipo de certificação, tornava-se pouco acessível e muito onerosa para a grande parcela de seu público, criando barreiras para a colocação dos seus produtos no grande varejo e nos circuitos de exportação ou mesmo para a sua manutenção (quando conseguem se inseridos), em função de exigências em termos de padronização do produto (embalagem, aparência, escala, regularidade, etc.). Ademais, o "enquadramento" neste mercado poderia gerar uma maior especialização em determinados produtos (maior demanda) levando, muitas vezes, a uma simplificação e um empobrecimento da biodiversidade dos agroecossistemas familiares.

Por fim e não menos importante, apontaram que a necessidade de haver o atesto da qualidade por um agente externo, desacreditava os laços de confiança e reciprocidade, construídos entre agricultores e consumidores, além de dificultar a continuidade das vendas diretas, como feiras e mercados locais e regionais, tradicionalmente utilizados como canais privilegiados de comercialização e, contrariando assim, os princípios da agroecologia, ancorados em grande medida, pelas relações socioeconômicas localmente enraizadas.

Com o objetivo de tentar contemplar os diferentes anseios e reivindicações e assim poder alavancar o setor, foi publicada a Lei N°10.831/2003 (BRASIL, 2003) - que ficou conhecida como a "Lei dos Orgânicos" e que somente se tornou efetiva quatro anos depois, com a sua regulamentação dada pelo Decreto N° 6.323/2007 (BRASIL, 2007)[7].

Além destes normativos estabelecerem regras mais precisas para o setor, o Decreto foi mais expressivo por ter criado o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica - SisOrg, o qual instituiu e regulamentou três diferentes mecanismos de avaliação da conformidade do produto orgânico. Nos três sistemas, as organizações responsáveis pelo atesto da conformidade precisam estar devidamente cadastradas junto ao MAPA, assim como os produtores abrangidos, os quais devem possuir registro e fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

O primeiro dos mecanismos instituídos foi a certificação por auditoria externa, feita por empresa pública ou privada, obedecendo a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira, permitindo o uso do selo para comercialização no mercado interno como também para a exportação. O outro, inserido nos chamados Sistemas Participativos de Garantia – SPG, a

7 Após esta legislação, outros normativos foram sendo publicados no sentido de melhor adequar a regulamentação e o funcionamento do setor. Dentre eles merece destaque a Instrução Normativa N° 07/2014, que instituiu o selo oficial do SisOrg para ser usado na identificação dos produtos orgânicos certificados pelos sistemas participativos e por auditoria. Toda legislação referente à produção orgânica pode ser consultada e obtida em consulta ao site do MAPA (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos).

conformidade é realizada por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica – OPAC, uma entidade com personalidade jurídica, constituída com a finalidade de realizar a certificação. Neste sistema, a avaliação da conformidade é feita através do monitoramento e participação direta de todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva, quer seja, agricultores, consumidores, técnicos, transportadores/armazenadores e comerciantes. A prova da certificação é dada através de um selo, com o qual os produtos podem ser comercializados em todo o território brasileiro.

O terceiro mecanismo abrange os casos de venda direta de produtos da agricultura familiar, quando a conformidade pode ser atestada através de uma Organização de Controle Social – OCS. Embora a organização seja proibida de utilizar um selo de certificação, pode expor o certificado de credenciamento junto ao MAPA nos locais de comercialização, para que os consumidores possam comprovar que os produtos realmente são orgânicos. No entanto, existem casos de agricultores que optam por não estarem certificados e nem cadastrados em uma OCS, uma vez que os consumidores, por já serem fregueses habituais, depositam sua credibilidade no produto com base na relação de confiança estabelecida entre ambas as partes.

É importante destacar que essa institucionalização do setor pelo Estado, apesar de ainda manter pontos controversos, tornou mais claras as normas de produção e certificação, trazendo uma maior e necessária estabilização ao mercado (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; BRANDENBURG et al., 2013; DAROLT, 2013; ROVER, 2011).

A criação dos dois últimos mecanismos de certificação (o participativo e o de controle social), foram particularmente importantes para os agricultores familiares de base agroecológica, uma vez que possibilitaram margens de manobra dentro das amarras do mercado dos orgânicos, com exceção do setor exportador, permanecendo ainda pouco acessível para este público, devido à maior concorrência e por exigir a certificação por auditoria externa.

Por outro lado, este cenário de maior estabilidade tornou o mercado ainda mais atrativo para o setor empresarial, que vislumbrou novas oportunidades de expansão e lucratividade. Um dos pontos centrais para isso foi a manutenção do qualificativo “orgânico” e de seus sistemas de produção simplificados (permitidos pela legislação), como o agregador de todos os demais estilos de agricultura. Permitiu a este setor produtivo poder concentrar a produção em determinados tipos de produtos, pois além de simplificar os procedimentos e técnicas de cultivo, isto facilita o planejamento da atividade, permitindo uma ampliação na escala produtiva, maior garantia de controle no abastecimento e oferta regular destes produtos. Esse “reducionismo” foi bem capitalizado pelo setor ao promover a sua articulação à preocupação, também pontual, de uma parcela de consumidores com a busca por um produto mais saudável, principalmente em

se tratando da ausência de agrotóxicos. No entanto,

> (...) se por um lado, a crítica aos agrotóxicos contribui para legitimar valores que são essenciais para o desenvolvimento da agroecologia, por outro, ela inevitavelmente também está na base de uma explicação mais ampla para o processo de convencionalização do mercado dos orgânicos. Inserida numa lógica da economia verde, a produção de orgânicos responde às preocupações que a sociedade tem legitimado acerca do seu padrão de consumo alimentar. No entanto, frequentemente os sistemas de produção limitam-se a processos de substituição de insumos químicos industriais por outros de origem "orgânica", como biofertilizantes, estercos, compostos e caldas para o controle de pragas e doenças. Em sua maioria adquiridos nos novos mercados para insumos orgânicos, esses produtos podem ser incorporados a sistemas de produção que mantêm, contudo, o uso intensivo de práticas convencionais com forte impacto ambiental e energético, com destaque para o manejo e a degradação do solo, o uso e a contaminação da água, além da especialização e simplificação produtivas para além da capacidade de regeneração dos agroecossistemas (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p.31-32).

De acordo com pesquisas realizadas por Guivant (2003) existem, grosso modo, dois perfis distintos de consumidores de produtos orgânicos. Aquele que os adquire em hiper e supermercados estaria mais próximo do estilo de vida denominado como "ego-trip". Para estes, o consumo de produtos orgânicos pode ser ocasional e esta ação é considerada uma entre outras práticas saudáveis adotadas em função de preocupações mais centradas na saúde e no bem-estar físico. Este perfil de consumidor se diferenciaria de quem procura o consumo "orgânico" como parte de uma atitude assumida frente às questões ligadas à saúde, ao meio ambiente e com responsabilidade social, dentro do que seria o estilo de vida "ecológico-trip", mais próxima de um consumo consciente ou mais politizado.

Desta forma, ao adotar essa concepção reducionista de agricultura e direcionar os seus produtos para o atendimento das motivações deste perfil de consumidor "ego-trip", o setor empresarial, localizado à jusante e à montante do mercado dos orgânicos, transformou esta dupla articulação em oportunidades de ampliar a sua participação na produção e nos circuitos longos de comercialização, como o grande varejo e para a exportação, possibilitada pela também regulamentação da certificação por auditoria externa[8].

De acordo com autores como Niederle e Almeida (2013); Brandenburg; Lamine e Darolt (2013), o debate em torno da convencionalização, tem chamado a atenção para o fato de que a produção orgânica, ao se render e se moldar aos ditames dos processos de mercantilização, tem se transformado em uma mera prática agrícola. Ao se colocar nesta posição, se distancia do

8. Um outro aspecto também decorrente desta regulamentação do setor e que contribui para o processo de convencionalização da produção orgânica, foi o surgimento de empresas dedicadas à produção e venda de insumos "orgânicos" (produtos e substâncias permitidos pela lei), reforçando o caráter de substitucionismo e simplificação destes sistemas de produção, conforme já alertado por Niederle e Almeida (2013).

debate mais amplo acerca da problemática ambiental e seu vínculo indissociável com o modo de produção, que envolve os sujeitos responsáveis pelo "fazer" e sua articulação com o território e as relações sociais onde os processos produtivos estão localizados. Ou seja,

> (…) com a sobrevalorização do produto em si em detrimento da importância da forma como este é produzido, permite-se o estabelecimento de padrões de procedimentos que implicam, em determinado aspecto, em um reducionismo na visão do necessário equilíbrio do agroecossistema para outra em que o enfoque passa a ser o que é ou não permitido (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p.74).

A forma como um produto é produzido e como ele é inserido nos circuitos de comercialização remete, em grande medida, aos valores que nele estão – ou não - agregados em termos de qualidade, a qual pode ir além das características nutricionais ou organolépticas do "produto em si". Ou seja, trata-se de fazer uma "reinterpretação da qualidade que eles comunicam, a qual deve ser compreendida a partir de um amplo conjunto de significações culturais", sociais e políticas (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p.33) e, portanto, sujeito a diferentes valorações ou graus de singularidade (KOPYTOFF, 2010).

Ao se concentrar na qualidade do produto em si (limpo/saudável), deslocado de um processo relacional, vinculado a associações positivas com o modo de produção familiar e seu território, a produção orgânica cria proximidade com a noção clássica de "mercadoria" e, como tal, mais sujeita a ser apropriada pelos ditames do mercado (KOPYTOFF, 2010).

Nos sistemas econômicos das sociedades ocidentais, toda coisa (item, objeto, produto), possui um valor de uso e também um valor de troca e, ao ser trocada, torna-se mercadoria. Assim e a partir da premissa de Kopytoff (2010, p. 96),

> (...) ser vendável ou amplamente intercambiável é ser "comum" – o oposto de incomum, incomparável, único, singular e, portanto, não trocável por qualquer outra coisa (...) um mundo perfeitamente mercantilizado seria aquele em que tudo é trocável ou tudo está à venda. Em oposição, o mundo perfeitamente desmercantilizado seria aquele em que tudo seria singular, único e não trocável.

Porém, o autor pondera que essas duas situações extremas e opostas (mercantilizado ou desmercantilizado) não existem em nenhum sistema econômico, sendo comum a convivência de ambas ou a predominância de uma delas em determinado contexto, em maior ou menor grau.

Neste sentido, a singularização, segundo Kopytoff, diz respeito ao processo que possibilita que certas coisas ou objetos se desloquem da esfera da mercantilização e assumam valores associados à sua proximidade com as trajetórias de indivíduos ou grupos sociais, tornando-se singulares.

Embora os objetos sejam materialmente produzidos como coisas, eles também são culturalmente construídos e assim dotados de significados específicos. Para que possa compreender o que torna algo singular é preciso estudar a sua "biografia cultural" e, para isso,

o autor sugere que sejam feitas perguntas similares às que são feitas às pessoas, tais como: de onde vem a coisa e quem a fabricou? Como foi produzida? Que dimensões simbólicas foram agregadas? Qual foi sua trajetória social até aqui? Assim e a depender da sua biografia, uma coisa pode ser considerada mais ou menos singular, carregando consigo significados e qualidades particulares que definem seu valor, independentemente das regras do mercado.

Tendo por base essa perspectiva processual, Kopytoff destaca que "(...) embora o singular e a mercadoria sejam opostas, nenhuma coisa consegue alcançar o lado mais extremo da mercadoria neste *continuum* entre ela e a singularidade" (p. 117). De qualquer forma, o autor destaca que a singularização é essencial para que as coisas resistam ao processo de mercantilização.

Neste sentido, a noção de multifuncionalidade agrícola, articulada aos pressupostos da agricultura familiar de base agroecológica, pode ser compreendida como uma singularidade, e assim contribuir na proposição de alternativas ao processo de mercantilização dos produtos orgânicos, conforme será visto nas próximas seções.

3. O ENFOQUE DA MULTIFUNCIONALIDADE AGRÍCOLA COMO PROCESSO DE SINGULARIZAÇÃO

A insustentabilidade do modelo produtivista tem evidenciado ser necessário não apenas minimizar os impactos ambientais nas práticas agrícolas dominantes, mas também apoiar e/ou promover estilos alternativos de desenvolvimento e agricultura, associando a produção de alimentos saudáveis à reprodução da capacidade produtiva e do equilíbrio ecológico dos agroecossistemas e à manutenção de comunidades rurais, enquanto espaços de vida e trabalho.

Ao mesmo tempo em que a variável ambiental vai ganhando destaque neste contexto como um novo elemento definidor de práticas agrícolas e na configuração de novas paisagens, a ruralidade e o desenvolvimento sustentável, na perspectiva do desenvolvimento territorial, são temáticas que vêm sendo incorporadas, em grande medida, pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas públicas. Aos espaços rurais, que passam a ser concebidos a partir do enfoque territorial, têm sido associadas visões sobre a diversidade e diversificação da economia de uma determinada região, a inserção de atividades não-agrícolas, pela valorização dos seus atributos e potencialidades locais referentes ao seu entorno físico e sociocultural e a vinculação de sua população ao manejo dos recursos naturais, favorecendo e conformando dinâmicas locais específicas (MALUF, 2003; BONNAL et al., 2008; SABOURIN, 2011).

Neste contexto, merece destaque as novas "funções" que a agricultura, em especial a familiar de base agroecológica - enquanto forma de uso dos recursos naturais e como forma de ocupação de um determinado território - podem preencher para a sociedade, aspectos esses que conformam a noção da multifuncionalidade agrícola (MALUF, 2003; BONNAL et al*.,* 2008).

Esta noção representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores que neles vivem e trabalham, estabelecem suas estratégias familiares e desempenham outras "funções" não exclusivamente produtivas e mercantis, rompendo com o enfoque setorial da agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e privados. Dentro desse enfoque, as atividades agrícolas *strictu sensu* passam a ser articuladas a outros temas e preocupações, tais como a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos, a proteção do meio ambiente, a valorização dos diferentes tipos de territórios, conhecimentos e práticas tradicionais e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer. Ou seja,

> (...) mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que

> moldam as formas particulares de produção e de vida social (WANDERLEY, 2003, p.9).

O conceito de multifuncionalidade agrícola procura, portanto, chamar a atenção para o reconhecimento de uma série de atribuições desempenhadas, em maior ou menor grau, pela agricultura familiar e camponesa de forma "gratuita" ao conjunto da sociedade, uma vez que a validação social da agricultura é medida pela sua capacidade de colocar "mercadorias" no mercado. Sendo assim, as funções econômicas "tradicionais" da agricultura, relacionadas à produção de alimentos e à geração de empregos, são remuneradas pelo mercado e reguladas pelas políticas públicas convencionais. Por outro lado, as funções culturais, ambientais e territoriais que implicam no manejo, preservação e renovação dos recursos naturais, na recomposição das paisagens e ocupação territorial, integrados à economia, à cultura e ao desenvolvimento local, ficam de fora deste reconhecimento, sendo assim, "invisíveis aos olhos da sociedade" e desprovidas de incentivos públicos (MALUF, 2003; WILKINSON, 2008, BONNAL et al., 2008, SABOURIN, 2011).

O enfoque multifuncional tenta resgatar, desta forma, a importância do conjunto de contribuições da agricultura e do agricultor para a dinâmica econômica, social e cultural dos territórios, "(...) contribuições essas que, aliás, já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista" (CARNEIRO, 2002, p.234).

Uma das contribuições centrais da agricultura familiar neste contexto, é na manutenção do tecido social e cultural e como elemento dinamizador de muitos espaços rurais. De acordo com Maluf (2003, p.145),

> (...) essa contribuição decorre não apenas do papel da agricultura na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também de fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias, o que assegura a manutenção de muitas comunidades rurais.

Neste sentido, o reconhecimento das multifunções da agricultura familiar, pode se constituir em um importante mecanismo e elemento estratégico de revitalização e fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, onde os laços de proximidade e de pertencimento a um determinado local estimulam relações de reciprocidade, aspecto fundamental para a construção e fortalecimento de redes de sociabilidade que amparam iniciativas locais, sejam elas de caráter sociocultural, mas também de cunho econômico (SABOURIN, 2011).

No entanto, é preciso ter em conta que a sustentabilidade, no contexto da agricultura multifuncional, seja uma qualidade ou uma característica inerente a toda a agricultura familiar e camponesa. Maluf (2003, p.140) argumenta que a agricultura realizada em bases familiares

embora seja mais propensa à multifuncionalidade, “quase sempre, as unidades familiares rurais precisam de estímulo e apoio para que façam surgir as múltiplas funções associadas à atividade agrícola, inclusive várias que compõem seus ‘saberes’”.

De acordo com Jean (1994, p.73), “se tomamos em consideração o que é o modelo de agricultura sustentável, é aí que podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima do modelo e que ela pode então voltar a ele ou aproximar-se dele mais facilmente”. Sendo assim, onde a junção entre a agricultura familiar e a agricultura sustentável - concebida dentro da noção de agricultura multifuncional e agroecológica - pode ser feita mais facilmente, é, parafraseando o autor, na questão do “gerenciamento patrimonial dos recursos naturais, característica do coração da agricultura familiar”. O agricultor familiar tem como principal propósito garantir a reprodução social e uma vida estável para o grupo familiar, conseguida através dos meios de produção. Sendo assim, as unidades de produção familiares e camponesas, através da prática de uma gestão patrimonial dos recursos naturais, se mostra “capaz de tomar em consideração os principais imperativos ecológicos, o que não poderão fazer os demais modos de produção produtivistas ou capitalistas”.

Além disso, a existência de outros atributos que, em maior ou menor grau, estão presentes na produção familiar, como a maior ocupação de mão-de-obra, maior intimidade entre as questões de trabalho e gerenciamento de sistemas de produção complexos, melhor adaptação de tecnologias alternativas por trabalhar em áreas menores, maior biodiversidade ecológica e cultural, maior flexibilidade e agilidade no atendimento de uma demanda de produtos diferenciados, maior garantia na segurança alimentar e a presença de um patrimônio sociocultural, constituído por experiências, valores e conhecimentos acumulados, pode credenciá-la a desempenhar o papel da multifuncionalidade agrícola, em benefício do conjunto da sociedade (MALUF, 2003; WANDERLEY, 2003; BONNAL et al., 2008; SABOURIN, 2011).

Neste sentido, o reconhecimento em torno da concepção da multifuncionalidade agrícola pode ser o elemento-chave para fazer emergir a consciência de que os agricultores familiares e de forma especial, os que utilizam os princípios da agroecologia, assumem responsabilidades sociais e produzem “bens públicos”, para além dos alimentos, os quais deveriam merecer a devida legitimação por parte da sociedade e do Estado.

Para tanto, é necessário discutir as possibilidades e os desafios que se apresentam para o fortalecimento dessa agricultura familiar e para sua melhor inserção econômica nos circuitos mercantis, premissas básicas para sua manutenção e reprodução social.

4. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS ALTERNATIVOS

O processo de convencionalização do mercado dos orgânicos e o avanço do domínio dos super e hipermercados no setor, coloca o desafio de se fortalecer ou mesmo de se buscar canais alternativos de comercialização para a agricultura familiar de base agroecológica. Para diversos autores, aproximar e reconectar a comunidade rural da urbana, se constituiu como estratégia privilegiada para impulsionar essa comercialização, ao mesmo tempo que pode se traduzir em elemento chave na indução de sistemas de produção, distribuição e consumo mais sustentáveis com destaque, neste sentido, para os circuitos curtos de comercialização – CCC.

Em várias partes do mundo, principalmente a partir de referenciais de países europeus, como França e Inglaterra, estes canais têm sido utilizados para comercializar produtos de qualidade diferenciada, como os de base ecológica, os artesanais, os tradicionais e da agrobiodiversidade local, vinculados a sistemas familiares e produção. Nesta perspectiva, outros termos também têm sido utilizados para definir os CCC, tais como, “circuitos de proximidade” e “circuitos locais”, onde se busca destacar a proximidade geográfica; a ligação entre consumidor e produtor e o desenvolvimento de mercados locais, além de “sistemas alternativos”, como forma de questionar o modelo convencional e de se propor princípios de troca e relações mais justas entre quem produz e quem consome (DAROLT, 2013; DAROLT et al., 2016; PUGAS; ROVER, 2021).

Como no Brasil ainda não se tem uma definição oficial sobre o termo, Darolt (2013) argumenta que os CCC podem ser compreendidos, a partir do referencial francês. Desta forma, podem ser caracterizados como sendo aqueles em que a venda é feita de forma direta, quando a transação é realizada entre produtor e consumidor, sem mediação; ou indireta, onde ocorre a intervenção de, no máximo, um único intermediário nesta relação, podendo ser por exemplo, um outro agricultor, uma associação ou cooperativa, uma loja especializada, um restaurante ou um pequeno supermercado local. Desta forma, quanto maior o número de atravessadores presentes, mais longo é o canal e vice-versa.

Por definição, os CCC também envolvem distâncias físicas mais reduzidas, quando comparados aos circuitos longos, sendo este valor arbitrário, a depender do contexto. Se no caso francês é definida como sendo de até 80 km, para o caso brasileiro, face à dimensão geográfica, esta distância tem sido sugerida em cerca de 200 km (ROVER; RIEPE, 2015 apud PUGAS; ROVER, 2021).

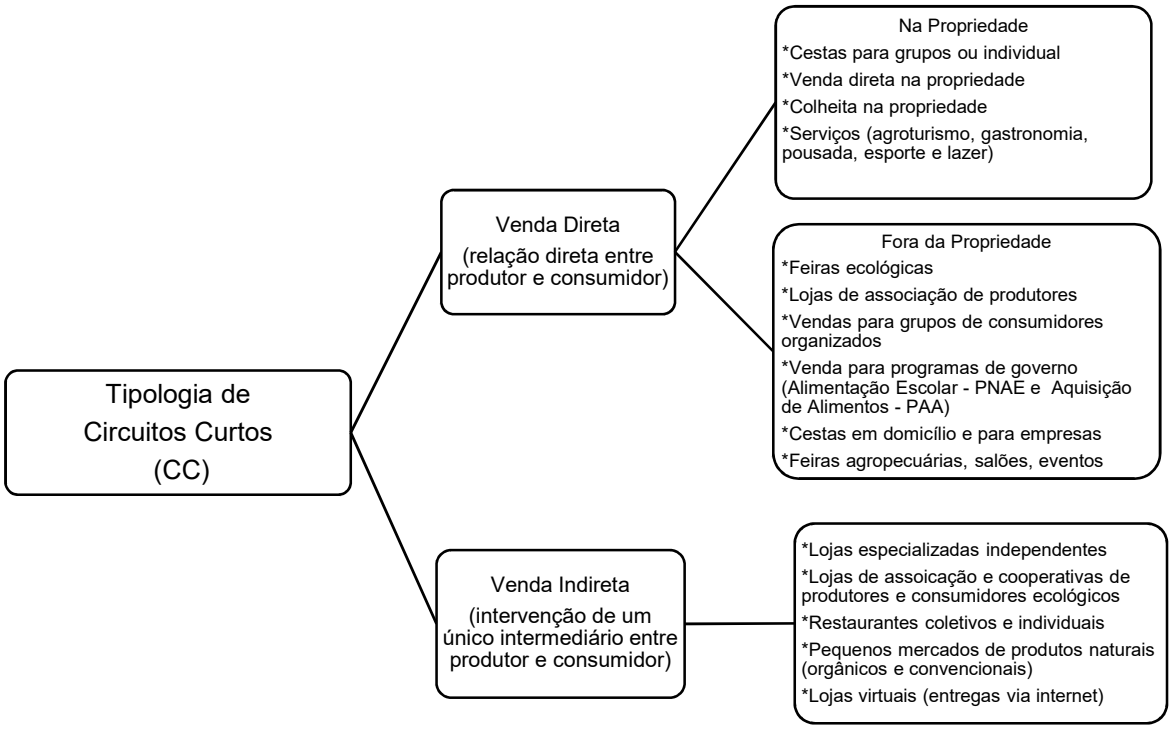
Para além desta questão mais pragmática, referente ao número de intermediários e a

distância física envolvida, é preciso ter em conta outras dimensões de cunho socioculturais que estão presentes nos CCC e que igualmente contribuem para a sua caracterização, tais como:

> 1) a capacidade de socializar e localizar o produto alimentar gerando vínculo com o local e com a propriedade; 2) a redefinição da relação produtor-consumidor dando sinais da origem do alimento; 3) o desenvolvimento de novas relações considerando um preço justo e a qualidade (ecológica); 4) a conexão entre o consumidor e o produto alimentar (MARSDEN et al., 2000 apud DAROLT et al., 2016, p.6).

Existem diferentes formas de comercialização de produtos de qualidade diferenciada que podem ser enquadradas como circuitos curtos. Neste sentido, Darolt (2013) apresenta uma interessante tipologia, procurando abarcar esta diversidade para o caso brasileiro, a qual foi organizada em torno dos dois grandes eixos, classificados de acordo com o tipo de venda (direta ou indireta), conforme pode ser observado na Figura, que segue.

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil



Fonte: Darolt (2013), adaptado de Chaffotte e Chiffoleau (2007) e Mundler (2008)

Embora as feiras livres sejam a principal forma de venda dos produtos agroecológicos no Brasil, face a esta diversidade dos circuitos curtos, cada agricultor elege a forma de comercialização que mais se adequa à sua realidade. Esta escolha está condicionada às condições oferecidas pelo ambiente externo, como é o caso da própria existência de condições para o acesso a estes mercados, assim como em função da mão de obra, da organização do

sistema de produção e da infraestrutura disponível em sua propriedade, sendo comum a utilização de mais de um circuito de venda (DAROLT, 2013).

De acordo com Darolt et. al. (2016), os CCC têm se mostrado muito dinâmicos na comercialização dos produtos diferenciados, seja em relação a expansão dos canais mais tradicionais como também ao se desenvolver com novas formas de distribuição inventadas a cada ano, como lojas virtuais com vendas pela internet; cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; vendas e degustação na propriedade; restaurantes com cardápios orgânicos, entre outros).

Particularmente no momento atual, quando se vivencia os reflexos das restrições sanitárias impostas pela pandemia do COVID-19, alguns desses canais de comercialização têm apresentado oscilações ou até mesmo diminuição nas vendas, principalmente aqueles que exigem um maior contato entre agricultor e consumidor ou geram maior aglomeração, como é o caso das feiras livres e até mesmo em função da menor demanda do público alvo (Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE), dentre outros. Por outro lado, alguns canais têm sido mais demandados, como é o caso das vendas através da internet, que ampliaram as oportunidades e as formas de comercialização, além de atrair um novo público, tendência essa que deve perdurar no período pós-pandemia[9].

Um canal de comercialização que vem se destacando em nível federal, devido à sua abrangência e especificidade, é o mercado institucional. Este mercado possui como mecanismo central as compras governamentais da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado em 2003 e direcionado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, econômica e nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, reformulado em 2009, passando a atender todos os estudantes da educação básica, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitária, conveniadas com o poder público. Desta forma, dentro de um CCC, o mercado institucional é considerado como venda direta, voltado ao atendimento de um "consumidor coletivo" (DAROLT, 2013).

No PNAE a legislação prevê a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 30% dos recursos com alimentos provenientes da agricultura familiar, com prioridade para a compra de produção orgânica/agroecológica. Particularmente o PAA contempla o pagamento de um adicional de 30% na aquisição destes produtos diferenciados.

Embora estes percentuais nem sempre sejam observados pelo poder público, são

9 Reportagem veiculada no canal digital do Centro de Inteligência em Orgânicos – CI.Orgânicos, em 21/12/2020 (https://ciorganicos.com.br/inteligencia/produtos-organicos-crescimento-durante-e-alem-da-pandemia/)

programa que ao estarem inseridos nas políticas públicas voltadas ao combate da pobreza e à segurança alimentar e nutricional, se revestem também de fundamental importância como mecanismos de fortalecimento e estímulo à transição ecológica de sistemas de produção familiares e na promoção de uma alimentação mais saudável. Além disso, ao viabilizar a compra de uma grande diversidade de produtos, acabam contribuindo para a estruturação de circuitos locais e regionais de distribuição de alimentos que, em muitos casos, não existiam (DAROLT et al., 2016).

No entanto, as experiências que têm produzido resultados mais expressivos e inovadores, são aquelas em que os CCC estão na base da constituição de redes de produção-consumo. Neste sentido, vários autores têm se referido a um processo de reinvenção dos mercados locais ou de construção social de mercados, calcados em princípios de uma economia solidária, com preços justos para quem produz e consome (WILKINSON, 2008; ROVER, 2011; DAROLT, et al, 2016; BÚRIGO et al., 2021; RAMOS; ROVER; 2021).

Estas redes, promovem processos de cooperação e ação coletiva ao aproximar os produtores dos consumidores, organizados através de suas entidades e movimentos representativos, estimulando e estabelecendo os laços de confiança, solidariedade e reciprocidade, as quais ultrapassam os interesses meramente mercantis. Assim, ao articular modelos e relações de produção, consumo e distribuição alternativos ao padrão hegemônico, demonstram seu caráter inovador e seu potencial em contribuir para a construção e consolidação de propostas de desenvolvimento territorial mais sustentáveis.

No Brasil, embora a constituição de redes de produção e consumo, também chamadas de Redes de Cidadania Agroalimentar – RCA, sejam ainda incipientes, quando comparadas com outros países, elas vêm se formando e ganhando espaço e representatividade nos últimos anos. Estas redes envolvem ações de cooperação que tem por base agricultores familiares e consumidores e suas organizações e movimentos representativos, sendo que algumas delas, ocorre a participação de outros atores sociais como o poder público e instituições privadas, a depender do contexto de onde acontecem (CASSOL; SCHNEIDER, 2015; DAROLT et al., 2016; RAMOS; ROVER; 2021).

Esses autores chamam a atenção para o crescimento destas experiências e citam vários estudos que começam a mapear estas experiências em várias partes do Brasil. Muitas delas estão organizadas em nível mais local, dentro de um município; outras atingem uma escala um pouco maior, abrangendo cidades circunvizinhas ou mesmo atingem uma dimensão ainda mais ampla, se estendendo em nível estadual ou mesmo em termos de região.

Na sequência serão apresentadas e analisadas duas dessas iniciativas que acontecem na

região Sul do Brasil onde, segundo dados do MAPA (2021), estão concentrados cerca de 41% dos produtores que possuem certificação de conformidade orgânica no país.

4.1. A Rede Ecovida de Agroecologia

Uma das experiências pioneiras de comercialização em rede, através dos CCC é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, que tem sua atuação centrada nos três estados da região Sul do Brasil e envolve cerca de 4.500 famílias, organizadas em 27 núcleos regionais, abrangendo um total de 352 municípios (REDE ECOVIDA, 2021).

A sua fundação ocorreu em 1998, com o objetivo de alavancar e fortalecer do ponto de vista organizativo e político, a proposta da agroecologia e da agricultura familiar na região, provendo sua inserção econômica em mercados alternativos. Participaram da sua constituição, agricultores, técnicos, consumidores e comerciantes, reunidos em associações, cooperativas, grupos informais, ONGs e movimentos sociais representativos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil – FETRAF-Sul; o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (ROVER, 2011).

Alguns anos depois e por ocasião do processo de regulamentação da Lei dos Orgânicos (Lei N° 10.831/2003), a Rede criou a Associação Ecovida de Certificação Participativa, para ser o seu "braço operacional" no processo de certificação participativa dos produtos oriundos de seus associados. No entanto, somente a partir de 2010, quando ocorreu a sua adequação legal e credenciamento junto ao MAPA como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC, é que a Associação passou a exercer esta função[10].

Tanto a Rede como a Associação Ecovida de Agroecologia funcionam de forma horizontal e descentralizada e possuem como base a reunião das famílias de agricultores em grupos informais, associações ou cooperativas. Estas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONGs e outras instituições, dando origem aos núcleos regionais, os quais são responsáveis por aprovar a entrada de novos associados ou a formação de outros grupos. O fato destes núcleos estarem localizados dentro de um determinado

10 No bojo da regulamentação desta Lei, através do Decreto N° 6.323/2007 (assunto já tratado anteriormente), a Rede Ecovida colaborou ativamente na discussão e defesa de um mecanismo diferenciado e participativo de avaliação e validação da qualidade dos produtos orgânicos, para além do tradicional realizado por auditoria externa. Desta forma, com a instituição do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica – SisOrg, e a criação de sua Associação, a Rede Ecovida, tornou-se pioneira no desenvolvimento do Sistema Participativo de Garantia – SPG (REDE ECOVIDA, 2021).

espaço geográfico, com características semelhantes, confere facilidade e agilidade no intercâmbio de informações, na tomada de decisões e no planejamento das ações na área da produção, da certificação e da comercialização, além de primar pela autonomia das famílias de agricultores, princípio básico desta organização (ROVER, 2011; REDE ECOVIDA, 2021).

A Rede Ecovida possui também outras instâncias deliberativas, como uma coordenação em cada um dos três estados e uma geral, a qual agrega toda a região Sul, as quais, no entanto, atuam de forma subsidiária aos núcleos regionais. Estes, por serem os alicerces de toda a organização, são considerados os principais "nós" da Rede (pontos de conexão), dando sustentação e garantindo o seu funcionamento e operacionalidade (ROVER, 2011).

De acordo com esta mesma fonte, a Ecovida sempre priorizou os espaços locais/regionais, localizados no entorno de cada núcleo, para a colocação de seus produtos, apesar de contar com a certificação diferenciada. Ao assumir esta estratégia, adota uma postura de "movimento social" como forma de resistência e contraposição à entrada nos atacados e varejos, como os supermercados e de adesão ao seu sistema mercantilista. Nesta perspectiva e de acordo com informações da Rede Ecovida (2021),

> O Selo da Ecovida é uma forma de expressão pública do trabalho que ela realiza. A Rede espera que ele seja reconhecido pelo consumidor como um selo que carrega um conjunto de valores e compromissos assumidos pela Rede, que não se resumem ao cumprimento da Lei e das características orgânicas ou ecológicas dos produtos. Preocupação com o meio ambiente para além das exigências legais, estímulo à organização das famílias produtoras, incentivo à transformação comunitária dos alimentos, prioridade aos circuitos curtos de comercialização, são alguns destes valores que pretendemos que o selo da Rede seja capaz de expressar.

A partir de 2006 e com vistas à necessidade de buscar coletivamente novos mercados para expandir a comercialização dos seus produtos e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade desses princípios, foi organizado o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia (ROVER, 2011).

Fazem parte do Circuito cerca de 20 ONGs e organizações representativas da base de apoio da Rede e que são responsáveis pelo processo de comercialização dos produtos. O Circuito é organizado em 7 estações-núcleos e 10 subestações, localizadas em diferentes municípios do PR, SC e RS, além de um situado do sul do estado de São Paulo, que também passou a compor o sistema, através de uma associação de agricultores. Estes locais servem de pontos de recebimento e distribuição dos produtos que chegam dos núcleos regionais para serem comercializados nos diferentes mercados locais (MAGNANTI, 2008; REDE ECOVIDA, 2021).

O Circuito é regido por princípios de economia solidária, os quais procuram garantir o seu funcionamento do ponto de vista operacional e também organizativo e político: a) todos os agricultores familiares e suas organizações precisam estar associados à Rede Ecovida e os produtos comercializados terem sido produzidos de acordo com a proposta da agroecologia e com a certificação participativa; b) as organizações que vendem seus produtos devem se comprometer também a comprar das outras. Além de ampliar a circulação e a oferta de uma maior diversidade de produtos nos diferentes mercados locais, este sistema diminui os custos com frete, uma vez que os caminhões sempre viajam carregados entre as estações. Nestas transações é utilizado, preferencialmente, o mecanismo de trocas de produtos, sendo o dinheiro usado como complemento e c) os preços dos produtos são definidos em conjunto pelas organizações, a partir dos princípios da justiça e da transparência, de maneira que as famílias de agricultores sejam bem remuneradas pelo seu trabalho e que, ao mesmo tempo, os produtos sejam acessíveis a um maior número de consumidores (MAGNANTI, 2008).

As vendas dos produtos acontecem em diferentes mercados locais, sendo as feiras agroecológicas o principal deles. Outras formas de comercialização da produção envolvem também os mercados institucionais (PAA e PNAE), pequenos comércios e distribuidores locais, cooperativas e organizações de consumidores (cestas de produtos, compras coletivas), além garantir a autonomia alimentar dos próprios agricultores que fazem parte da Rede. São ofertados cerca de 50 itens pelo circuito, divididos entre hortaliças (100% dos canais de venda); frutas (80%); grãos (80%); farinhas (70%); açúcar (50%) e processados (20%) (DAROLT, et al. 2016; REDE ECOVIDA, 2021).

Através do Circuito Sul, tem sido possível realizar a troca e a circulação de produtos entre um grande número de municípios da região abrangida, criando assim, as condições básicas para a manutenção de uma maior diversidade, regularidade e qualidade biológica no fornecimento e venda da produção agroecológica das famílias agricultoras, proporcionando preços mais justos para produtores e consumidores. Neste sistema, portanto, a caracterização de circuitos curtos não se dá "(...) pela distância física e número de intermediários, mas pela dimensão social e política estabelecida pelo sistema participativo de garantia e pela organização do movimento social" (DAROLT et. al., 2016).

O principal desafio a ser enfrentado pela Ecovida está relacionado ao objetivo de abranger um maior número de agricultores familiares na base, conciliado ao aumento da produção e do retorno econômico da comercialização. Essa ampliação da rede, no entanto, é desejada e buscada, mas sem que os valores e princípios vinculados à economia solidária e à agroecologia sejam preteridos (DAROLT, et al., 2016; REDE ECOVIDA, 2021).

4.2. As Células de Consumidores Responsáveis

Em anos recentes, outras modalidades de comercialização de produtos agroecológicos através da venda direta e em rede, têm se destacado. Elas envolvem processos de cooperação e estreita articulação entre produtores e consumidores e têm se expandido, notadamente, em regiões mais populosas (PUGAS; ROVER, 2021; BÚRIGO et al., 2021).

Uma das experiências inovadoras que pode ser usada como referência, neste sentido, é o caso das Células de Consumidores Responsáveis – CCR, desenvolvida em Florianópolis e São José/SC, através de um arranjo em rede que reúne grupos de agricultores familiares e de consumidores.

Esta iniciativa está sendo executada desde novembro de 2017, através de um projeto criado e mediado pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACF, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O objetivo da proposta é aproximar quem produz de quem consome, reduzindo custos para ambos os lados e assim contribuir com a ampliação e democratização no acesso aos alimentos agroecológicos, podendo ser caracterizada enquanto uma "tecnologia social" (RAMOS; ROVER, 2021; ALVAREZ et. al., 2021).

Do ponto de vista operacional, a venda é feita através de pedidos antecipados, os quais são articulados entre os grupos de consumidores e de agricultores familiares de cada CCR. Cada uma delas possui um ponto fixo, onde acontece a entrega semanal das cestas aos consumidores, em dias e horários combinados, sendo o pagamento realizado mensalmente. Os alimentos são fornecidos em cestas fechadas, compostas por folhosas, frutas, legumes, raízes, temperos e chás, além de plantas alimentícias não convencionais (as chamadas PANCS), sendo que a composição varia de acordo com a sazonalidade climática. O consumidor faz a opção pelo tamanho da cesta, sendo a pequena com cerca de 4,5 kg e a grande equivalente ao dobro deste peso. Os preços são estáveis e com valores mais baixos do que a média praticada no mercado local para este tipo de produto, sendo a cesta menor correspondente a um valor de R$ 29,00 e a maior com um custo de R$ 53,00[11] (LACAF, 2021).

11. A comunicação entre os agricultores e os consumidores se dá via internet (WhatsApp), através do envio semanal da lista de produtos que irão compor a cesta, ocasião que também podem ser realizados pedidos adicionais de itens não ofertados. O pagamento é feito através de transferência/depósito bancário ao agricultor responsável pelo grupo que fornece a cesta.

Este formato de cesta, além de evitar desperdícios de alimentos e perdas aos agricultores na comercialização, também procura valorizar a biodiversidade dos sistemas de produção, respeitando os ciclos da natureza e, do ponto de vista do consumidor, incentiva a adoção de uma alimentação mais rica e nutritiva, estimulando um consumo mais consciente e responsável.

Ramos e Rover (2021) destacam alguns princípios que caracterizam as CCR e que estão relacionados aos aspectos cooperativos e ao papel que cada ator social desempenha, os quais dão sustentação à proposta. Um deles refere-se ao processo de organização dos agricultores familiares nos seus grupos de base para o fornecimento de uma grande variedade de alimentos o que, individualmente, não seria possível de ser atendido. Além disso, todos devem estar integrados e ser certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia.

Do lado dos consumidores, além de identificar a demanda para a formação da célula, estes também são responsáveis por definir e negociar o local da entrega das cestas, geralmente situado próximo aos locais de trabalho ou das residências, questão estratégica para diminuir os custos e viabilizar a distribuição dos alimentos. Neste sentido, os grupos de agricultores e consumidores assumem uma espécie de "termo de responsabilidades compartilhadas", que é negociado e respeitado por ambas as partes, podendo também ser reavaliado mediante discussão coletiva e autogestão dos grupos. Dentro de cada CCR e entre elas, também ocorrem trocas de informações sobre os processos de gestão, organização, aproveitamento de alimentos, dentre outras.

Em se tratando do LACAF/UFSC, seu papel é o de ser o agente mediador da rede formada pelos grupos de agricultores e consumidores. A mediação se dá no sentido de favorecer a aproximação e a articulação das demandas e necessidades de quem produz e de quem consome, facilitando o processo de organização e dando o suporte na infraestrutura e logística necessária para a distribuição dos alimentos nas e entre as CCR. Para tanto, o LACAF/UFSC hospeda e mantém site para a divulgação da proposta, onde podem ser encontradas todas as informações básicas sobre o funcionamento do sistema e de como fazer parte das células, seja na condição de agricultor ou de consumidor, através do acesso a duas Cartilhas sobre o assunto. Além disso, disponibiliza um espaço físico onde funciona o Laboratório, para que servidores e estudantes realizem a assessoria e acompanhamento ao projeto (ALVAREZ, et al., 2021; LACAF, 2021).

Além do Estado se fazer presente através da Universidade, em alguns locais, as Prefeituras Municipais também têm dado apoio aos grupos de agricultores, liberando servidores para auxiliar em suas demandas, assim como através da priorização da compra dos alimentos produzidos através do PAA e PNAE (ALVAREZ et al., 2021).

Embora o projeto tenha iniciado com uma única célula, composta por um grupo de agricultores familiares como fornecedor dos produtos para 27 consumidores, o seu crescimento deu-se de maneira expressiva. Em abril 2020, já havia atingido o patamar de 12 CCR, composta por 5 grupos[12], atendendo a uma demanda de mais de 400 cestas semanais, envolvendo a comercialização mensal de mais de 7 toneladas de alimentos agroecológicos (RAMOS; ROVER, 2021).

De acordo com dados do LACAF (2021), o número de CCR foi ampliado para 15. Com exceção de uma que está em São José, no bairro Barreiros, as demais estão localizadas em Florianópolis, nos seguintes bairros: Centro; Rio Tavares; Campeche; Lagoa da Conceição; Canasvieiras; Balneário; Estreito e Capoeiras, além da Trindade e do Itacorubi, que contam com 3 células em cada um deles (LACAF, 2021).

Atualmente a demanda tem sido maior do que a capacidade de atendimento pelos agricultores, havendo inclusive, uma lista de espera de consumidores em algumas CCR, no aguardo para serem inseridos no grupo. Este quadro demonstra o crescimento da conscientização dos consumidores em relação aos alimentos agroecológicos, bem como o potencial de ampliação deste tipo de proposta.

12. Os grupos de agricultores familiares envolvidos e sua localização são os seguintes: Associação Agrodea (Imbuia, Leoberto Leal, Vidal Ramos e Ituporanga); Amanacy (Alfredo Wagner); Associação APAOC (Chapadão do Lageado); Grupo Associada (Major Gercino, Angelina, Leoberto Leal e Nova Trento) e Grupo Flor do Fruto (Biguaçu) (LACAF, 2021).

5. DA PRODUÇÃO AO CONSUMO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

As iniciativas como o PAA e o PNAE, a Rede Ecovida e as CCR, conforme discutido, demonstram o potencial dos circuitos curtos de comercialização na construção social de mercados, com vistas à inserção econômica e social da agricultura familiar de base agroecológica. Além dos princípios da economia solidária e do mercado justo, estas experiências inovadoras envolvem a ação coletiva em rede, ancorada em processos de cooperação, através da estreita articulação entre os agricultores e consumidores e suas organizações e movimentos representativos, com a presença do poder público, em maior ou menor grau.

A participação e o papel dos consumidores no avanço dessas formas alternativas de comercialização em circuitos curtos, notadamente aquelas vinculadas à formação de redes de produção e consumo, têm sido apontados como decisivos por vários pesquisadores da área (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013; CASSOL; SCHNEIDER, 2015; DAROLT et al., 2016; PUGAS; ROVER, 2021; RAMOS; ROVER, 2021).

Em seus estudos referentes à questão alimentar na contemporaneidade, Cassol e Schneider (2015, p.145-146), destacam os novos sentidos e significados que a comida e o consumo vêm adquirindo neste contexto, os quais extrapolam a compreensão tradicional relacionada aos alimentos e aos consumidores. Nesta perspectiva,

> O ato de comer passa a ser bem mais do que uma ação hedonista, torna-se uma ação social com sentido capaz de gerar novos valores e modos de vida. O consumo e os consumidores, por sua vez, passam a ser vistos como atores reflexivos e agentes políticos, conscientes de que o ato de consumir tem relação com a preservação do meio ambiente, a qualidade dos alimentos, a forma como estes são produzidos e os impactos sociais que podem estar gerando.

Este tipo de consumidor consciente, também chamado de consumidor cidadão ou consumidor crítico (DAROLT, 2013; ANJOS; CALDAS, 2017; FAO, 2019; LIMA et al., 2020), busca no produto diferenciado, outras dimensões para além de suas características organolépticas e de menor impacto ambiental. Suas preocupações se ampliam para abarcar igualmente os modos de produção que vinculam o produto aos sujeitos que o produzem, suas práticas e estilos de vida e a base territorial em que estão inseridos, praticando desta forma, um consumo mais consciente e responsável. Além disso, ao se engajar socialmente através da participação em grupos e redes de consumidores e agricultores, contribui também para a construção de modelos alternativos de produção, consumo e distribuição.

Já a parcela de consumidores que compra em supermercados e em outros canais

convencionais de comercialização, não tem acesso direto às características que definem os produtos que estão adquirindo. Mesmo quando a compra envolve os orgânicos, eles dispõem somente do selo de conformidade, de que é produzido sem o uso de determinadas substâncias químicas sintéticas, o qual lhe garante somente o "status" de ser uma fonte alimentar mais saudável para si. Para tanto, é preciso que seja dada a oportunidade para que estes consumidores consigam identificar a "biografia" dos produtos e as outras qualidades diferenciais que estão ou não presentes no alimento e, com isso possam fazer suas escolhas de forma consciente (NIEDERLE; ALMEIDA; 2013; ALVAREZ et al., 2021).

Neste contexto, a educação se reveste de fundamental importância, na medida em que pode contribuir na conscientização para a mudança, fazendo com que uma parcela maior de consumidores possa aderir à proposta.

Reigota (2009), entre outros estudiosos alertam, no entanto, que a educação e, em particular, a educação ambiental, seja em sua modalidade formal ou informal, deve ir além das concepções que tratam o "ambiente" como sinônimo de natureza, as quais adotam um viés conservacionista ou preservacionista em suas abordagens. Para tanto, ao defender uma vertente crítica, se refere à educação ambiental como "educação política", destacando a sua contribuição para a emancipação dos sujeitos e sua instrumentalização para a ação e a intervenção na sociedade:

> Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômica, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitem a convivência digna e voltada para o bem comum. (p. 13).

Desta forma, o consumidor (aqui abrangendo todos os demais cidadãos e a sociedade de modo geral), ao ter acesso ao conhecimento e à informação qualificada, tem condições de exercitar a crítica perante o modelo hegemônico de agricultura convencional e também sobre o crescente processo de mercantilização e convencionalização dos orgânicos. Ao se tornar consciente desses processos, pode orientar o mercado e a produção com suas escolhas, além de influenciar na atuação do Estado e das políticas públicas para o setor. Assim, e de acordo com Petrini (2010), o consumidor pode vir a assumir um novo papel na sociedade, o de coprodutor, tornando-se também parte do ato produtivo:

> As pessoas estão prontas para desempenhar um novo papel e quem não está, logo deverá estar, por necessidade, porque o sistema atual é insustentável, já está vacilante e é insatisfatório tanto para o consumidor como para o produtor. Tornar-se coprodutor

> significa estar ciente de que o ato de comer é o último ato do ciclo que se inicia na terra e a ela retorna, passando pelos agricultores, artesãos, transformadores, pescadores e também nós mesmos, com nossas ações. O coprodutor sabe que é parte de uma comunidade, pequena ou grande, e sabe que suas escolhas podem mudar a política e, com isso, os que cultivam sua comida terão incentivo para fazer cada vez melhor. Tornar-se coprodutor é construir uma espécie de aliança com aqueles que produzem os alimentos, porque 'comer é um ato agrícola' (...).

Essa breve contextualização sobre a importância da educação para a construção da cidadania ativa, evidencia que através de suas escolhas, o consumidor também pode interferir na formulação e direcionamento das políticas públicas, tanto nas que se referem a uma educação mais crítica, como também àquelas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Conforme já mostraram as experiências anteriormente apresentadas, assim como parte das bibliografias analisadas, o maior desafio enfrentado neste contexto, diz respeito à necessidade de ampliação da produção, uma vez que a demanda pelos produtos agroecológicos tem sido maior do que a sua capacidade de atendimento. Ao mesmo tempo, incentivar o aumento da produção exige que mais canais de comercialização sejam acionados ou reforçados os que já existem, possibilitando assim, a formação de um círculo virtuoso em torno da proposta, resultando numa oferta maior de alimentos de qualidade diferenciada e a preços justos, com vantagens para quem produz e consome.

De acordo com Lima et al. (2020), existem vários fatores que impedem ou limitam a adesão de um número maior de agricultores familiares ou mesmo de áreas destinadas à produção agroecológica no Brasil, os quais não podem ser considerados como dependentes exclusivamente da decisão do agricultor, já que dizem respeito ao contexto sociopolítico e econômico em que estão inseridos.

Neste sentido, a questão agrária é um problema estrutural ainda a ser resolvido, uma vez que em sua base está presente a concentração de terras e o predomínio de monoculturas. Além da necessidade de uma reforma agrária planejada para possibilitar o acesso à terra, é preciso ampliar os esforços e investimentos governamentais para bancar parte dos custos da transição agroecológica aos iniciantes e no apoio aos agricultores já convertidos. Assim, políticas de incentivo à produção, como crédito agrícola, assistência técnica, pesquisa e inovação tecnológica, além do fomento à agroindustrialização e comercialização da produção, são fundamentais, desde que efetivamente sejam pautados pelos princípios da agroecologia.

Para Darolt (2013, p. 165),

> O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento dos circuitos curtos e pode ajudar na implementação e fortalecimento de redes de comercialização (...). As ações devem ser direcionadas para superar problemas de reduzido volume de produção; pouca diversidade e regularidade na oferta de produtos ecológicos; desarticulação entre

> oferta e demanda; problemas de infraestrutura e logística; bem como campanhas com informação qualificada sobre esses alimentos aos consumidores. Para tanto os desafios passam pela circulação de estruturas de apoio à produção, distribuição e comercialização, com suporte institucional e financeiro, especialmente nos casos que envolvem grupos organizados de produtores familiares, na fase inicial do processo de transição agroecológica.

Desta forma, ao usar seu poder de indução, regulação e de decisão sobre a alocação de recursos públicos, o Estado pode contribuir sobremaneira na promoção de mudanças estruturais e comportamentais na sociedade (WILKINSON, 2008; NIERDELE; ALMEIDA, 2013; DAROLT, 2013; ANJOS; CALDAS; 2017).

O caso do PAA e PNAE é emblemático neste sentido. Na medida em que participam dos editais de seleção dos programas, os agricultores têm segurança em realizar o planejamento da produção, uma vez que terão a garantia da sua comercialização. Além do poder público viabilizar a compra direta, fortalecendo os CCC, incentiva os agricultores familiares a adotar práticas e sistemas ecológicos de produção, além de ofertar uma alimentação mais saudável e nutritiva ao público beneficiário. Outro aspecto importante é que as compras governamentais também estão presentes e contribuem, mesmo que indiretamente, na constituição de experiências de circuitos curtos em rede, já analisadas, uma vez que os agricultores da Rede Ecovida e das CCR têm participação importante nesses programas.

Embora alguns desses mecanismos e instrumentos de apoio estatal ao processo de transição agroecológica já existam, como é o caso do próprio mercado institucional, eles têm sido insuficientes, seja em termos do volume de recursos destinado, como também devido aos procedimentos burocráticos, impedindo um acesso amplo pelo conjunto dos agricultores familiares. Além disso e em anos recentes, tem havido um verdadeiro desmonte de parte dessas políticas públicas específicas, assim como das demais voltadas ao público da agricultura familiar, notadamente patrocinado pelo governo federal[13].

Búrigo et al. (2021) ao analisar este cenário, chamam a atenção para o fato de que apesar da magnitude dos desafios e obstáculos postos, é preciso apostar no seu enfrentamento e superação, através da cooperação entre agricultores e consumidores e suas instâncias e

13 Como exemplos podem ser citados, dentre outros: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que era voltado especificamente para o público da agricultura familiar, e sua transformação em uma Secretaria dentro da estrutura do MAPA, historicamente vinculado aos interesses do agronegócio; paralisação da reforma agrária e sucateamento do INCRA, além de outros órgãos importantes, como a CONAB, o IBAMA, o Instituto Chico Mendes e a FUNAI; desarticulação de políticas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER aos assentados; redução contínua da dotação orçamentária para custeio e investimento para diversos programas e ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que também dispõe de algumas modalidades de apoio à produção agroecológica; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO e do próprio PAA e PNAE. Indiretamente, o corte no orçamento destinado às Universidade e Institutos Federais e aos órgãos de pesquisa, como a EMBRAPA, também afetam importantes ações e projetos de apoio à agricultura familiar.

movimentos representativos. Assim,

> Cabe às organizações cooperadas empregarem e qualificarem suas habilidades e práticas para sobrepor os processos de desmonte de importantes políticas públicas, ao mesmo tempo em que a sua presença e experiência política e organizacional, tornam-se um importante elemento de resistência para que estes territórios e suas populações consigam enfrentar este momento (...) Ao mesmo tempo e por pressão de organizações sociais de agricultores e consumidores, em muitos contextos se têm aberto oportunidades com legislações favoráveis a certificações participativas e valorização de produtos artesanais e territoriais. As organizações cooperadas devem aproveitar essas oportunidades e também representar seus pares na luta para manter tais conquistas, realizando articulações e movimentos para que retrocessos não se efetivem. (p. 32-33).

Muitas experiências, a exemplo das que foram aqui apresentadas e discutidas, estão ativas e se desenvolvendo em circuitos curtos de diferentes regiões e localidades, comprovando assim, a sua capacidade de resistência e seu potencial para o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica e sua contribuição para a construção de modelos sustentáveis de produção e consumo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o questionamento mundial em torno das consequências sociais e ambientais do modelo hegemônico de desenvolvimento e, notadamente de agricultura, tem colocado em pauta a necessidade de se buscar outros sistemas alimentares menos impactantes.

A partir deste cenário, tem se observado um rápido crescimento na demanda por alimentos de qualidade diferenciada, principalmente daqueles produzidos e processados sem o uso de agrotóxicos, adubos de síntese química e outras substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, como é o caso dos produtos "orgânicos".

No Brasil, assim como em outros países, este crescimento da demanda não tem sido acompanhado pelo mesmo ritmo na oferta, colocando estes produtos em um patamar elevados de preços, despertando o interesse por parte do grande varejo e de segmentos ligados ao agronegócio por um setor, até então considerado "marginal" e com forte presença de agricultores familiares de base agroecológica.

A regulamentação do setor pelo estado brasileiro, contribuiu com a estabilização dos mercados, através de um conjunto de leis que consolidou a produção orgânica como aglutinadora dos demais estilos alternativos de agricultura, além de ter criado os mecanismos de certificação da qualidade dos produtos. No entanto, ao adotar uma concepção normativa de sistema de produção, próxima ao que pode se chamar de uma agricultura de substituição de insumos, permitiu a entrada dos segmentos empresariais no setor, corroborando para uma trajetória crescente de mercantilização e convencionalização do mercado dos orgânicos.

No entanto, os efeitos desta dinâmica geral não têm se manifestado ou sendo assimilados de forma homogênea por todos os segmentos e realidades sociais. O contraponto a esta situação tem sido feito, em grande medida, pelos movimentos sociais e setores representativos da agricultura familiar de base agroecológica, através do fortalecimento de práticas e experiências enraizadas em contextos e mercados locais, num processo de adaptação e organização, mas também de resistência e contraposição a esta nova conjuntura.

Por seu turno, uma parte dos consumidores, ao conseguir vislumbrar a complexidade envolvida na problemática socioambiental do modelo produtivista, tem procurado realizar o consumo consciente/crítico, optando por estes produtos, associados aos circuitos curtos de comercialização, tendência essa que vem se ampliando em várias localidades e regiões.

Neste sentido, várias dessas experiências, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia e das Células de Consumidores Responsáveis, vêm ganhando espaço e visibilidade na medida em que inovam ao se constituir em redes de cooperação e proximidade entre grupos de

agricultores e de consumidores. Amparadas por princípios como confiança, autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social e respeito à cultura e às tradições locais, essas iniciativas sinalizam para valores de uma economia solidária e de um mercado justo que são incorporados por estes atores sociais e se refletem no estabelecimento de novas relações entre produção e consumo. Para Darolt (2013, p. 165),

> A compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo. A combinação de circuitos curtos com as características da produção ecológica (pequenas áreas, mão de obra familiar, produção diversificada em menor escala, autonomia dos agricultores, ligação forte com o consumidor, preservação da biodiversidade, valorização da paisagem, qualidade alimentar e saúde) estão bem sintonizadas com o conceito de sustentabilidade.

A combinação entre a agricultura familiar de base agroecológica e circuitos curtos tem impactos positivos em diferentes dimensões. Permite o acesso a mercados mais diretos e justos, tanto para os agricultores que deles participam com maior autonomia e melhor remuneração por sua produção, assim como para os consumidores, que pagam menos por alimentos de qualidade diferenciada, além dos incentivos à produção e à economia local, com geração de emprego e renda, dinamizando e valorizando os atributos sociais, culturais e ambientais do território (BARCELOS; ROVER, 2021).

Desta forma, e tomando por base a noção de *continnum*, que situa e diferencia a mercadoria do que é singular, proposta por Kopytoff (2010), é possível estabelecer um paralelo entre o produto orgânico e o agroecológico.

No processo de convencionalização, o apelo à produção orgânica pelo grande varejo e setores do agronegócio tem se revelado como uma simples estratégia de marketing. Ao ser apropriado e pautado pelas normas de mercado, o produto orgânico é transformado em algo "comum" no contexto das mercadorias, facilmente vendável por um determinado valor de troca. Desta forma, a mercantilização retira dele a possibilidade de ser enquadrados como algo "singular", imbuído de qualidades próprias, particulares e específicas e como tal, ser reconhecido e valorado como um "bem" socialmente desejável, como é o caso do produto agroecológico.

A produção oriunda da agricultura familiar de base agroecológica está integrada a identidades e dinâmicas de pertencimento a determinado território. Esta articulação, ao colocar em evidência seu caráter multifuncional, gera especificidades ecológicas, culturais e sociais, as quais cumprem com outras funções de interesse coletivo, que vão para além de relações econômicas e mercantis e da obtenção de um alimento limpo e saudável, tornando essa produção algo singular.

Um dos argumentos defendidos e demonstrados no decorrer deste trabalho de pesquisa, é que esta proposta de agricultura, ao estar inserida em circuitos curtos de comercialização, com destaque para aqueles ancorados em redes de cooperação entre agricultores e consumidores cria, de certa forma, "mercados protegidos", de forma que "(...) o poder econômico não seja capaz de se tornar independente do poder social e simbólico (...)", apresentando um grau ainda maior de singularização e, desta forma, com menor possibilidade de ser apropriada pelos processos de mercantilização, além de promover maiores benefícios para o conjunto da sociedade (WILKINSON, 2008, p. 190).

As experiências das redes e de outras iniciativas vinculadas à agricultura familiar de base agroecológica, onde a cooperação está na base da organização e funcionamento dos CCC, mostram a importância do envolvimento e mobilização dos grupos de agricultores e consumidores na sustentação e ampliação da proposta. Apontam também a necessidade de maior apoio e legitimação por parte do Estado, através de políticas públicas que visem encorajar práticas alternativas de produção e consumo.

Neste cenário, fica evidente o papel que as diferentes modalidades de educação crítica podem desempenhar na conscientização dos consumidores e da sociedade em geral em torno de suas escolhas, podendo ser considerada um elemento chave por trás dos processos de inovação e mudança. Escolhas essas que poderão ancorar a construção de um outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável não apenas do ponto de vista ecológico e mais equitativo do ponto de vista social e econômico, mas principalmente sustentável do ponto de vista político, tendo em vista a premência de sua manutenção no tempo e espaço.

Nas palavras de Petersen (2009, p.15):

> Essa aposta pode ser interpretada como uma utopia irrealizável frente ao mundo perverso que se apresenta diante de nós. Mas é nesse mesmo mundo, em que o fim da história já foi decretado, que o modo de vida e de produção camponês irrompe como poderosa arma contra a descrença e o empobrecimento cultural da sociedade. Por enquanto, a agricultura familiar camponesa vivencia o paradoxo da onipresença e, ao mesmo tempo, da invisibilidade. Sua contribuição para a construção de um outro mundo possível se apresenta ainda como um potencial não concretizado, mas já é possível vislumbrar promessas de realização que ensejam o encontro entre o mundo idealizado e o mundo real.

Que "passe a boiada"...eles passarão; nós passarinhos....

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALVAREZ, Maria N. et al. Relações sociais na comercialização dos produtos da agricultura familiar: os casos das Células de Consumidores Responsáveis e do Assentamento Vitória da Conquista. In: BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G**. Cooperação e desenvolvimento rural:** olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 149-163.

ANJOS, Flávio. S.; CALDAS, Nádia. V. Uma resposta sólida a um regime agroalimentar em crise: o fenômeno GAS na Itália. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/1806-9053-rbcsoc-3295132017.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

ASSIS, Renato L.; ROMEIRO, Ademar R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, UFPR, n. 6, p. 67-80, jul/dez., 2002.

BARCELOS, Laísa B.; ROVER, Oscar J. Consumidores organizados promovendo cooperação: os circuitos curtos de comercialização da cooperativa GiraSol – Porto Alegre/RS/Brasil. In: BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G**. Cooperação e desenvolvimento rural:** olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p.195-210.

BONNAL, Phillippe; CAZELLA, Ademir A.; MALUF Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 185-227, 2008.

BRANDENBURG, Álfio; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 221-247, 2013.

BRASIL. Instrução Normativa N° 07 de 17 de maio de 1999**. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Decreto N° 6.323 de 27 de dezembro de 2007. **Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Decreto N° 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a política de agroecologia e**

produção orgânica. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. In: BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G**. Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 17-35.

CARNEIRO, Maria. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade*:* uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto. J.; COSTA, Luiz. F. C. (orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sérgio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**. São Paulo, n. 95, p. 143-177, 2015.

DAROLT, Moacir. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs.) **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**.** Curitiba: KAIRÓS, 2013. p. 139-167.

DAROLT, Moacir; et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr./jun., 2016.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma*.* São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAO. **Estudo inédito da FAO aponta que a biodiversidade do planeta está desaparecendo**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1181587/>. Acesso em: 03 out. 2020.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 7ª ed., 2019.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GUIVANT, Júlia. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade,** vol. 6, n. 2, pp. 63-81, jul/dez, 2003.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna". **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre**:** PPGS/UFRGS, v. 6, p. 76-89, 1994.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**.** Niterói: EDUF, 2010.

LACAF. Disponível em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

LIEBERMAN, Daniel. Tempos modernos, corpos modernos. In:____ **A história do corpo humano:** evolução, saúde e doença. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 238-280.

LIMA, Sandra. K. et al. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão (2538). IPEA: Brasília, fev. 2020. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35325>. Acesso em: 02 out. 2020.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, Renato. S.; CARNEIRO, Maria. J. (orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MAPA. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MAGNANTI, Natal J. Circuito sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, AS-PTA, v. 5, n. 2, jun. p. 26-29, 2008.

NIEDERLE, Paulo. A.; ALMEIDA, Luciano. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs.) **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67

PETERSEN, Paulo. Introdução. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, AS-PTA, ed. especial, out, p. 5-15, 2009.

PETRINI, Carlo. Carlo Petrini defende novo humanismo. **Slow Food Brasil**. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org/2010/04/carlo-petrini-defende-novo-humanismo/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PUGAS, Adevan S.; ROVER, Oscar J. A cooperação na agricultura orgânica como resposta a exigências comerciais recebidas por agricultores de regiões metropolitanas. In: BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G**. Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p.180-194.

RAMOS, Pablo S.; ROVER, Oscar. J. Redes de cooperación para la comercialización de alimentos agroecológicos: miradas sobre dos experiencias en Brasil y Chile. In: BÚRIGO, Fábio L.; ROVER, Oscar J.; FERREIRA, Rodrigo G**. Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p.135-148.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <http://ecovida.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

REIGOTA, Marcos. A educação ambiental como educação política. In: REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Brasiliense: São Paulo, 2009. p. 10-19.

ROVER, Oscar. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 47, p. 56-63, jan/abr., 2011.

SABOURIN, Eric. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

SCHMITT, Cláudia. J.; GUIMARÃES, Leonardo. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, AS-PTA, v. 5, n. 2, p. 7-13, jun., 2008.

STÉDILE, João P. Política alimentar: o mundo não pode ser um grande supermercado. **Portal Vermelho.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 21 out. 2013.

VAN DER PLOEG, Jan D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, AS-PTA, ed. especial, out, 2009. p. 17-31.

WANDERLEY, Maria N. B. Prefácio. In: MALUF, Renato S.; CARNEIRO, Maria. J. (orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília, UnB, n. 87, 1990. p. 11-73.